

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	117
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.922.515.918
Preferenciais	0
Total	3.922.515.918
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2009	Dividendo	30/10/2009	Ordinária		0,00002
Reunião do Conselho de Administração	17/11/2009	Dividendo	30/11/2009	Ordinária		0,00005
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2010	Dividendo	21/06/2010	Ordinária		0,00003
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	31/12/2011	Ordinária		0,00001

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	4.984.794	4.659.146
1.01	Ativo Circulante	951.106	817.811
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	107.539	59.488
1.01.02	Aplicações Financeiras	83.125	165
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	83.125	165
1.01.02.01.03	Títulos de Valores Mobiliários	83.125	165
1.01.03	Contas a Receber	577.892	558.436
1.01.03.01	Clientes	560.411	536.279
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	686.932	646.480
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-126.521	-110.201
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.481	22.157
1.01.03.02.01	Subvenção Baixa Renda	17.481	22.157
1.01.04	Estoques	605	740
1.01.06	Tributos a Recuperar	51.919	99.904
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	51.919	99.904
1.01.06.01.01	Tributos a Compensar	51.919	99.904
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.513	439
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	125.513	98.639
1.01.08.03	Outros	125.513	98.639
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos	27.813	26.748
1.01.08.03.03	Outros Créditos	97.700	71.891
1.02	Ativo Não Circulante	4.033.688	3.841.335
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.492.984	1.234.435
1.02.01.03	Contas a Receber	29.172	20.867
1.02.01.03.01	Clientes	79.714	74.097
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	-50.542	-53.230
1.02.01.06	Tributos Diferidos	434.989	408.307
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	434.989	408.307
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	235	659
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	235	659
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.028.588	804.602
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	85.453	74.046
1.02.01.09.05	Depósitos Vinculados a Litígios	158.825	145.646
1.02.01.09.06	Cauções e Depósitos	0	23.374
1.02.01.09.07	Ativo Indenizável (Concessão)	784.310	561.536
1.02.03	Imobilizado	42.811	41.394
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.069	25.180
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	17.742	16.214
1.02.04	Intangível	2.497.893	2.565.506
1.02.04.01	Intangíveis	2.497.893	2.565.506
1.02.04.01.02	Softwares	31.531	37.371
1.02.04.01.03	Direito de Uso da Concessão	2.466.362	2.528.135

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	4.984.794	4.659.146
2.01	Passivo Circulante	823.837	1.109.797
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.019	29.547
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	36.019	29.547
2.01.02	Fornecedores	305.785	317.865
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	305.785	317.865
2.01.03	Obrigações Fiscais	46.665	60.476
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	37.363	58.020
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	9.048	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	254	2.456
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	274.333	567.248
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	131.672	248.859
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	131.672	248.859
2.01.04.02	Debêntures	142.661	318.389
2.01.05	Outras Obrigações	161.035	134.661
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.068	1.279
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.068	1.279
2.01.05.02	Outros	159.967	133.382
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	23.990	573
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	23.434
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	79.349	58.982
2.01.05.02.07	Contribuição de Iluminação Pública arrecadada	11.860	13.659
2.01.05.02.08	Energia Livre	26.168	24.331
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	18.600	12.403
2.02	Passivo Não Circulante	2.334.942	1.913.613
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.255.467	844.324
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	387.577	389.640
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	387.577	389.640
2.02.01.02	Debêntures	867.890	454.684
2.02.02	Outras Obrigações	548.487	543.233
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	99	99
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	99	99
2.02.02.02	Outros	548.388	543.134
2.02.02.02.03	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	541.301	529.230
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	0	2.266
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	2.353	7.721
2.02.02.02.06	Energia Livre	4.152	3.892
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	582	25
2.02.03	Tributos Diferidos	15.643	28.686
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.643	28.686
2.02.04	Provisões	515.345	497.370
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	515.345	497.370
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	27.008	21.327
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	156.386	153.594
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	331.951	322.449
2.03	Patrimônio Líquido	1.826.015	1.635.736

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01	Capital Social Realizado	998.230	998.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.04	Reservas de Lucros	614.252	614.252
2.03.04.01	Reserva Legal	53.215	53.215
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	561.037	561.037
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	190.363	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-84	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	860.869	2.664.709	789.855	2.419.211
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-660.230	-1.997.603	-632.106	-1.825.282
3.03	Resultado Bruto	200.639	667.106	157.749	593.929
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-60.593	-194.413	-54.284	-174.498
3.04.01	Despesas com Vendas	-15.867	-54.010	-14.812	-47.789
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.726	-140.403	-39.472	-126.709
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	140.046	472.693	103.465	419.431
3.06	Resultado Financeiro	-57.021	-177.453	-71.495	-142.280
3.06.01	Receitas Financeiras	23.607	62.929	13.130	79.005
3.06.02	Despesas Financeiras	-80.628	-240.382	-84.625	-221.285
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	83.025	295.240	31.970	277.151
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.847	-104.877	-10.960	-94.592
3.08.01	Corrente	-36.651	-144.559	-1.658	-63.624
3.08.02	Diferido	8.804	39.682	-9.302	-30.968
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	55.178	190.363	21.010	182.559
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	55.178	190.363	21.010	182.559
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00001	0,00005	0,00001	0,00005

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	55.178	190.363	21.010	182.559
4.03	Resultado Abrangente do Período	55.178	190.363	21.010	182.559

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	418.255	333.334
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	550.716	626.128
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	190.363	182.559
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47.108	41.866
6.01.01.03	Depreciação e amortização	131.853	143.220
6.01.01.04	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	72.154	99.231
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	113.965	120.209
6.01.01.06	Receita de ativo indenizável	-3.093	-11.916
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-39.682	30.968
6.01.01.08	Obrigações com benefícios pós-emprego	37.496	16.900
6.01.01.09	Baixa de ativo em serviço	552	3.091
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-132.461	-292.794
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-74.869	-102.868
6.01.02.02	Estoques	135	-1.098
6.01.02.03	Partes relacionadas	213	-3.833
6.01.02.04	Tributos a compensar	36.578	-4.373
6.01.02.05	Despesas antecipadas	-4.074	-2.718
6.01.02.06	Cauções e depósitos	22.309	11.061
6.01.02.07	Depósitos vinculados a litígios	-13.179	-4.911
6.01.02.08	Outros créditos	-52.448	21.959
6.01.02.09	Fornecedores	-12.080	-44.004
6.01.02.10	Obrigações trabalhistas	6.472	934
6.01.02.11	Obrigações fiscais	-13.706	-27.377
6.01.02.12	Taxas regulamentares	18.101	-22.502
6.01.02.14	Obrigações com benefícios pós-emprego	-25.425	-21.303
6.01.02.15	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-54.179	-87.736
6.01.02.16	Outros passivos	33.691	-4.025
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-373.323	-336.867
6.02.01	Outros Ativos Financeiros	-82.960	-23.604
6.02.02	Aplicações no Intangível e no Imobilizado	-290.363	-313.263
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.119	81.516
6.03.01	Pagamentos de debêntures	-185.000	-185.000
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	62.410	260.236
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-183.941	-197.190
6.03.04	Pagamentos de juros de debêntures	-47.822	-50.588
6.03.05	Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	-37.038	-42.602
6.03.06	Dividendos pagos	-17	0
6.03.07	Pagamentos de parcelamento especial	-5.473	-3.340
6.03.08	Captação de debêntures	400.000	300.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	48.051	77.983
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59.488	37.568
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	107.539	115.551

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	614.252	0	0	1.635.736
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	614.252	0	0	1.635.736
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	190.363	-84	190.279
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	190.363	0	190.363
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-84	-84
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-127	-127
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	43	43
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	614.252	190.363	-84	1.826.015

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	561.985	0	0	1.583.469
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	561.985	0	0	1.583.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.969	0	0	-22.969
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	182.559	0	182.559
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	182.559	0	182.559
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	539.016	182.559	0	1.743.059

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	3.963.808	3.657.141
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.708.519	3.366.305
7.01.02	Outras Receitas	21.428	19.439
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	280.969	313.263
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-47.108	-41.866
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.864.039	-1.653.492
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.004.466	-944.146
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-194.117	-179.679
7.02.04	Outros	-665.456	-529.667
7.02.04.01	Encargos de Uso de Rede Elétrica	-287.712	-151.608
7.02.04.02	Custo de Construção	-280.969	-313.263
7.02.04.03	Outras Despesas Operacionais	-96.775	-64.796
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.099.769	2.003.649
7.04	Retenções	-131.853	-143.220
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.967.916	1.860.429
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	62.929	79.005
7.06.02	Receitas Financeiras	62.929	79.005
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.030.845	1.939.434
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.030.845	1.939.434
7.08.01	Pessoal	111.664	101.903
7.08.01.01	Remuneração Direta	62.477	63.525
7.08.01.02	Benefícios	28.445	25.238
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.505	4.191
7.08.01.04	Outros	16.237	8.949
7.08.01.04.01	Outros encargos sociais	6.893	3.354
7.08.01.04.02	Participação nos resultados	9.344	5.595
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.480.802	1.425.889
7.08.02.01	Federais	602.287	604.438
7.08.02.02	Estaduais	875.293	818.491
7.08.02.03	Municipais	3.222	2.960
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	248.016	229.083
7.08.03.01	Juros	112.831	120.736
7.08.03.02	Aluguéis	7.634	7.798
7.08.03.03	Outras	127.551	100.549
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	190.363	182.559
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	190.363	182.559

Comentário do Desempenho

AMPLA REGISTRA R\$ 55 MILHÕES DE LUCRO LÍQUIDO NO 3T12

Lucro Líquido evolui 162,6% em relação ao 3T11 e Margem EBITDA atinge 21,47%*.

DESTAQUES

A Ampla Energia encerrou o 3T12 com um total de **2.691.042 consumidores**, o que representa um crescimento de **2,7%** em relação ao mesmo período do ano anterior.

O **volume de energia vendida e transportada** pela Ampla Energia atingiu o montante de **2.482 GWh*** no 3T12, um incremento de **5,5%** em relação ao volume registrado no 3T11, de **2.353 GWh***.

A **Receita Operacional Bruta** registrada no 3T12 foi de **R\$ 1.276 milhões**, um aumento de **7,5%** em relação ao 3T11, que alcançou no citado trimestre o montante de **R\$ 1.187 milhões**.

O **EBITDA**, no 3T12, alcançou o montante de **R\$ 185 milhões***, um acréscimo de **17,2%** em relação ao 3T11, de **R\$ 158 milhões**. Com esse resultado, a Margem EBITDA da Companhia encerrou o 3T12 em **21,47%***, percentual superior em **1,51 p.p.** comparado ao 3T11.

No 3T12, o **Lucro Líquido** totalizou **R\$ 55 milhões**, **162,6%** superior ao 3T11, refletindo uma Margem Líquida de **6,41%***.

Os indicadores de qualidade do fornecimento **DEC** e **FEC** encerraram o 3T12 em **17,13 horas*** e **8,72 vezes***, representando melhorias de **14,8%** e **18,4%**, respectivamente, em relação ao 3T11.

Os indicadores de produtividade **MWh/colaborador** e **MWh/consumidor** atingiram, no 3T12, os valores de **2.132*** e **0,92***, representando melhorias de **8,1%** e **2,2%**, respectivamente, em relação ao 3T11.

O **índice de perdas** (TAM – Acumulado em 12 meses) da Companhia atingiu, no 3T12, o patamar de **19,44%**, uma redução de **0,43 p.p.** em relação ao mesmo período do ano anterior, de **19,87%**.

Em Assembleia Geral Ordinária – AGO, realizada em 27 de abril de 2012, foi deliberada a distribuição de R\$ 23.434.009,79 em dividendos, o que representa um **payout ratio de 25%** sobre o lucro líquido passível de distribuição (excluindo-se outros resultados abrangentes) e um **dividendo de R\$ 0,00597422 por lote de mil ações**, cujo pagamento será efetuado no dia 10 de dezembro de 2012.

Em **04 de outubro de 2011**, a Endesa Latinoamérica S.A. ("Endesa Latam") concluiu com a EDP – Energias de Portugal S.A. ("EDP") o processo de compra e venda de ações, por meio do qual a Endesa Latam adquiriu as **302.176.533.045 ações ordinárias** de propriedade da EDP e representativas de **7,70%** do capital social da Companhia e, consequentemente, deu início a Oferta Pública de Aquisição – OPA, cuja conclusão se deu em 16 de abril de 2012, com a realização do leilão na BM&FBovespa, adquirindo um lote adicional de **10.354.610 ações ordinárias**.

DESTAQUES DO PERÍODO

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.482	2.353	5,5%	2.580	-3,8%	7.799	7.520	3,7%
Receita Bruta (R\$ mil)	1.275.954	1.186.895	7,5%	1.356.112	-5,9%	3.989.926	3.682.177	8,4%
Receita Líquida (R\$ mil)	860.869	789.855	9,0%	911.433	-5,5%	2.664.709	2.419.211	10,1%
EBITDA(2) (R\$ mil)*	184.830	157.653	17,2%	197.215	-6,3%	604.546	562.651	7,4%
Margem EBITDA (%)*	21,47%	19,96%	1,51 p.p	21,64%	-0,17 p.p	22,69%	23,26%	-0,57 p.p
EBIT(3) (R\$ mil)*	140.046	103.465	35,4%	158.115	-11,4%	472.693	419.431	12,7%
Margem EBIT (%)*	16,27%	13,10%	3,17 p.p	17,35%	-1,08 p.p	17,74%	17,34%	0,40 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	55.178	21.010	162,6%	61.069	-9,6%	190.363	182.559	4,3%
Margem Líquida (%)	6,41%	2,66%	3,75 p.p	6,70%	-0,29 p.p	7,14%	7,55%	-0,41 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	129.761	106.929	21,4%	112.214	15,6%	334.754	314.561	6,4%
DEC (12 meses)*	17,13	20,10	-14,8%	17,73	-3,4%	17,13	20,10	-14,8%
FEC (12 meses)*	8,72	10,69	-18,4%	8,97	-2,8%	8,72	10,69	-18,4%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,10%	99,34%	-1,24 p.p	98,85%	-0,75 p.p	98,10%	99,34%	-1,24 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	19,44%	19,87%	-0,43 p.p	19,46%	-0,02 p.p	19,44%	19,87%	-0,43 p.p
Nº de Consumidores Totais* **	2.691.042	2.620.947	2,7%	2.664.828	1,0%	2.691.042	2.620.947	2,7%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.164	1.193	-2,4%	1.190	-2,2%	1.164	1.193	-2,4%
MWh/Colaborador*	2.132	1.972	8,1%	2.168	-1,7%	6.621	6.267	5,6%
MWh/Consumidor*	0,92	0,90	2,2%	0,97	-5,2%	2,92	2,89	1,0%
PMSO (4)/Consumidor	46,40	49,58	-6,4%	52,50	-11,6%	150,52	152,46	-1,3%
Consumidor/Colaborador*	2,312	2,197	5,2%	2,239	3,3%	2,312	2,197	5,2%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Ampla fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.188 km², o que corresponde, aproximadamente, a 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende, aproximadamente, 2,7 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de 6,9 milhões de habitantes.

DADOS DA ÁREA DE CONCESSÃO*

	3T12	3T11	Var. %
Área de Concessão (km ²)	32.188	32.188	-
Municípios (Qte.)	66	66	-
Habitantes (Qte.) (1)	6.991.327	6.809.220	2,7%
Consumidores (Unid.)	2.691.042	2.620.947	2,7%
Linhas de Distribuição (Km)	51.051	50.332	1,4%
Linhas de Transmissão (Km)	3.769	3.546	6,3%
Subestações (Unid.)	116	116	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	10.243	9.952	2,9%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,82%	3,86%	-0,04 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,33%	2,35%	-0,02 p.p

(1) Fonte: Para ambos os anos, utilizamos o resultado do Censo IBGE 2010

(2) O número de consumidores Brasil está estimado



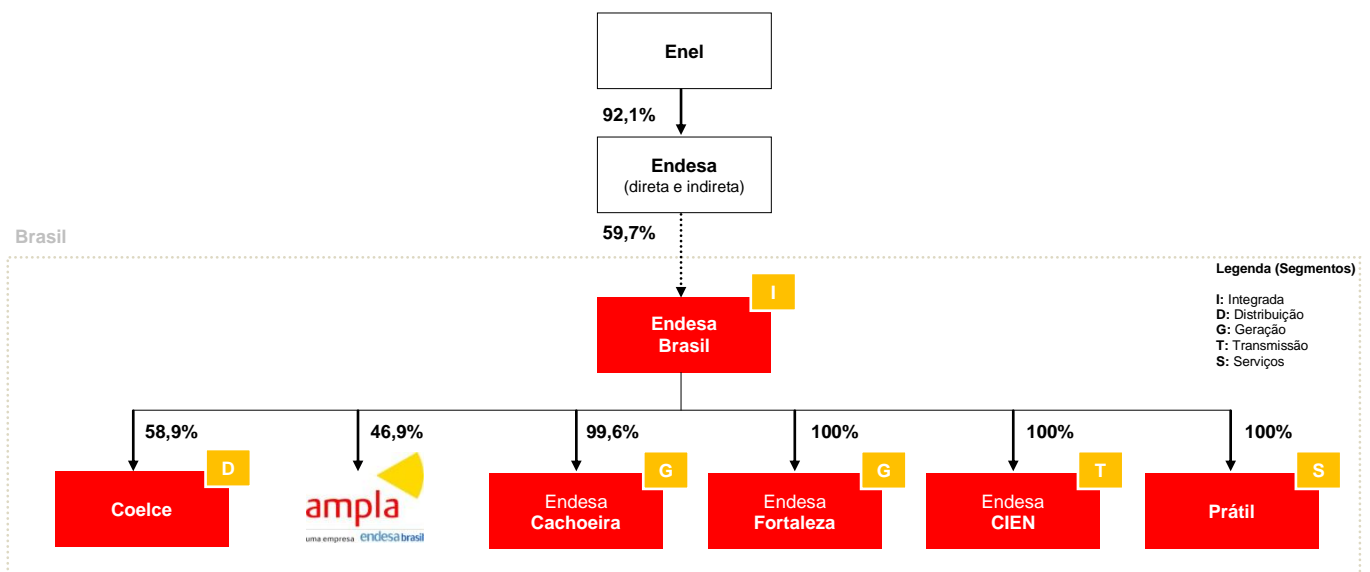
Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

Sociedade anônima de capital aberto, a Companhia é controlada pelo grupo Enel / Endesa, por meio da Endesa Brasil S/A, Chilectra Inversud S/A, Enersis S/A, Chilectra S/A e Endesa Latinoamerica S/A que detém, respectivamente, 46,9%, 21,0%, 13,7%, 10,3% e 7,7% do capital total da Ampla Energia.

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 30/09/12)

	ON (lote de mil)	%	TOTAL	%
Controladores	3.908.277.080	99,6%	3.908.277.080	99,6%
Endesa Brasil	1.839.121.933	46,9%	1.839.121.933	46,9%
Chilectra Inversud S/A	824.607.526	21,0%	824.607.526	21,0%
Enersis S/A	536.591.908	13,7%	536.591.908	13,7%
Chilectra S/A	405.768.824	10,3%	405.768.824	10,3%
Endesa Latinoamerica	302.186.888	7,7%	302.186.888	7,7%
Não Controladores	14.238.839	0,4%	14.238.839	0,4%
Outros	14.238.839	0,4%	14.238.839	0,4%
Totais	3.922.515.918	100,0%	3.922.515.918	100,0%

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 80%



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Crescimento de Mercado

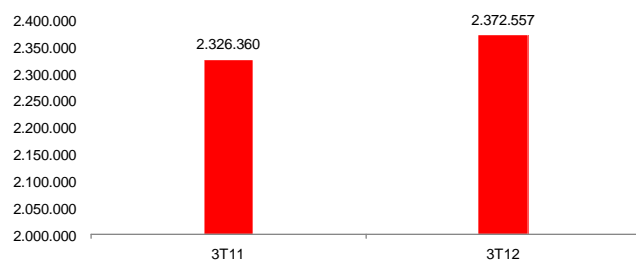
NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNID.)*

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Mercado Cativo	2.372.506	2.326.312	2,0%	2.347.198	1,1%	2.372.506	2.326.312	2,0%
Residencial - Convencional	1.877.950	1.544.376	21,6%	1.862.512	0,8%	1.877.950	1.544.376	21,6%
Residencial - Baixa Renda	265.925	555.661	-52,1%	257.561	3,2%	265.925	555.661	-52,1%
Industrial	4.679	4.759	-1,7%	4.706	-0,6%	4.679	4.759	-1,7%
Comercial	145.255	144.765	0,3%	144.310	0,7%	145.255	144.765	0,3%
Rural	62.625	61.411	2,0%	62.148	0,8%	62.625	61.411	2,0%
Setor Público	16.072	15.340	4,8%	15.961	0,7%	16.072	15.340	4,8%
Clientes Livres	38	34	11,8%	36	5,6%	38	34	11,8%
Industrial	29	27	7,4%	29	-	29	27	7,4%
Comercial	9	7	28,6%	7	28,6%	9	7	28,6%
Revenda	13	14	-7,1%	14	-7,1%	13	14	-7,1%
Subtotal - Consumidores Efetivos	2.372.557	2.326.360	2,0%	2.347.248	1,1%	2.372.557	2.326.360	2,0%
Consumo Próprio	362	371	-2,4%	367	-1,4%	362	371	-2,4%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	318.123	294.216	8,1%	317.213	0,3%	318.123	294.216	8,1%
Total - Número de Consumidores	2.691.042	2.620.947	2,7%	2.664.828	1,0%	2.691.042	2.620.947	2,7%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

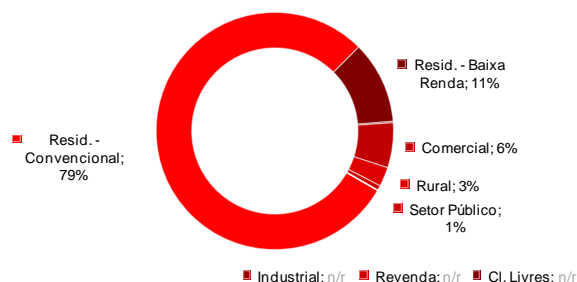
Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Evolução 3T11 - 3T12



Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Posição Final em set/12



A Ampla Energia encerrou o 3T12 com 2.691.042 unidades consumidoras* ("consumidores"), 2,7% superior ao número de consumidores registrado ao final do 3T11. Esse crescimento representa um acréscimo de 70.095 novos consumidores* à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 43.838 novos consumidores*.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 180 milhões* nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o 3T12 com 2.372.557 consumidores*, um incremento de 2,0% em relação ao 3T11. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou o 3T12 com 38 clientes livres*, um acréscimo de 4 novos clientes*, o que representa um incremento de 11,8% em relação ao número registrado no fechamento do 3T11, de 34 clientes livres.

Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Mercado Cativo	2.098	2.020	3,9%	2.202	-4,7%	6.675	6.492	2,8%
Clientes Livres	384	333	15,3%	378	1,6%	1.124	1.028	9,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.482	2.353	5,5%	2.580	-3,8%	7.799	7.520	3,7%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

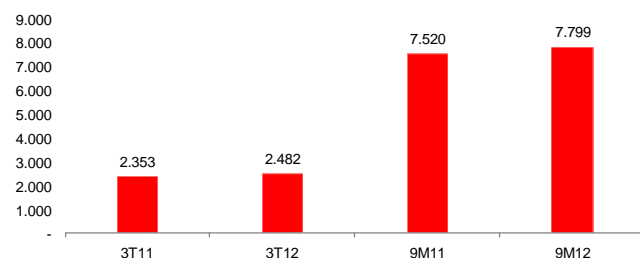
O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia no 3T12 foi de 2.482 GWh*, o que representa um incremento de 5,5% (+129 GWh) em relação ao 3T11, cujo volume foi de 2.353 GWh*. Esta variação é o efeito combinado de (i) uma evolução de 3,9% no mercado cativo da Companhia (+78 GWh) no 3T12 em relação ao 3T11 (2.098 GWh* versus 2.020 GWh*), impulsionada por (ii) um maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante no 3T12, de 384 GWh*, foi 15,3% superior ao registrado no 3T11, de 333 GWh (+51 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

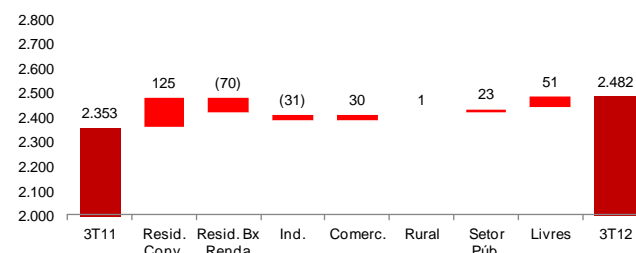
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Evolução 3T11 - 3T12 e 9M11 - 9M12



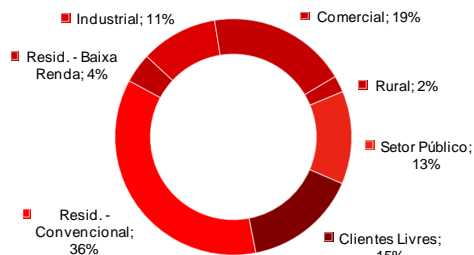
Evolução Anual do Consumo de Energia por Classe (GWh)*

Evolução 3T11 - 3T12



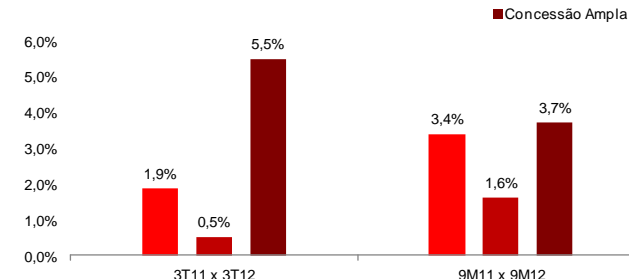
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Volume Total no 3T12



Evolução do Volume de Energia - Comparativos (%)*

Comparativo Brasil, Região Sudeste e Área de concessão Ampla



Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Residencial - Convencional	892	767	16,3%	944	-5,5%	2.925	2.512	16,4%
Residencial - Baixa Renda	101	171	-40,9%	102	-1,0%	306	580	-47,2%
Industrial	261	292	-10,6%	266	-1,9%	788	868	-9,2%
Comercial	472	442	6,8%	506	-6,7%	1.522	1.452	4,8%
Rural	56	55	1,8%	59	-5,1%	176	167	5,4%
Setor Público	316	293	7,8%	325	-2,8%	958	913	4,9%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.098	2.020	3,9%	2.202	-4,7%	6.675	6.492	2,8%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

O mercado cativo da Companhia apresentou crescimento de 3,9% no 3T12, quando comparado ao 3T11. Apenas as classes residencial baixa renda e industrial apresentaram retração no consumo, em decorrência, respectivamente, da aplicação dos novos critérios para enquadramento dos clientes residenciais baixa renda e pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre. Os principais fatores que ocasionaram o aumento do consumo foram (i) o crescimento vegetativo do mercado cativo, de 2,0%, que adicionou mais 46.194 novos consumidores efetivos* à base comercial da Companhia, fator este que foi impulsionado por (ii) uma evolução na venda de energia per capita no mercado cativo, de 1,8% (conforme quadro abaixo).

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Residencial - Convencional	475	497	-4,4%	507	-6,3%	1.558	1.627	-4,2%
Residencial - Baixa Renda	380	308	23,4%	396	-4,0%	1.151	1.044	10,2%
Industrial	55.781	61.357	-9,1%	56.524	-1,3%	168.412	182.391	-7,7%
Comercial	3.249	3.053	6,4%	3.506	-7,3%	10.478	10.030	4,5%
Rural	894	896	-0,2%	949	-5,8%	2.810	2.719	3,3%
Setor público	19.662	19.100	2,9%	20.362	-3,4%	59.607	59.518	0,1%
Média - Venda per capita no Mercado Cativo	884	868	1,8%	938	-5,8%	2.813	2.791	0,8%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

A venda de energia per capita no mercado cativo foi de 884 KWh/consumidor*, representando um aumento de 1,8% em relação à observada no 3T11. As principais variações foram observadas nas seguintes classes:

(i) residencial convencional e residencial baixa renda: observa-se uma expressiva variação no consumo per capita nas classes residencial convencional e residencial baixa renda. Essa variação é o reflexo das alterações nos critérios de elegibilidade para enquadramento dos consumidores na Tarifa Social de Energia Elétrica. Os novos critérios causaram uma migração de antigos clientes classificados como residencial baixa renda (menor consumo) para a classe residencial convencional, causando as variações acima mencionadas. As classes residencial convencional e residencial baixa renda apresentaram, quando analisadas em conjunto, uma evolução na venda de energia per capita de 3,6% no 3T12 em relação ao 3T11.

(ii) industrial: a redução observada de 9,1% reflete, basicamente, o impacto da migração de 4 clientes com elevado padrão de consumo do mercado cativo para o mercado livre, conjugada a uma menor intensidade nas atividades industriais na área de concessão da Companhia no 3T12 em relação ao 3T11.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Cientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Industrial	373	323	15,5%	367	1,6%	1.089	998	9,1%
Comercial	11	10	10,0%	11	-	35	30	16,7%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	384	333	15,3%	378	1,6%	1.124	1.028	9,3%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

O transporte de energia para os clientes livres na área de concessão da Companhia no 3T12 foi de 384 GWh*, o que representa um acréscimo de 15,3% em relação ao 3T11, de 333 GWh, tendo em vista, basicamente, o crescimento de 11,8% no número de clientes livres de 34*, no 3T11, para 38*, no 3T12, impulsionado pelo aumento no transporte de energia per capita aos clientes livres, em 3,2%, conforme quadro abaixo).

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Industrial	12.862	11.963	7,5%	12.655	1,6%	12.862	11.963	7,5%
Comercial	1.222	1.429	-14,5%	1.571	-22,2%	1.222	1.429	-14,5%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	10.105	9.794	3,2%	10.500	-3,8%	29.579	30.235	-2,2%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

O aumento no transporte de energia per capita aos clientes livres, de 3,2%* do 3T11 para o 3T12, foi fruto, principalmente, da migração de 4 clientes do mercado cativo para o mercado livre (2 clientes industriais e 2 clientes comerciais). O aumento de 7,5% no transporte de energia per capita aos clientes industriais reflete uma aceleração da atividade industrial na área de concessão da Ampla Energia no 3T12 e um incremento no padrão médio de consumo desses novos clientes. No segmento comercial, os novos clientes apresentaram um padrão médio de consumo inferior aos que já se encontravam no mercado livre da Companhia no 3T11, o que justifica a redução de 14,5% do transporte de energia per capita em relação ao 3T12.

Balanco Energético

BALANÇO DE ENERGIA

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Demanda máxima de energia (MW)	2.025	1.868	8,4%	2.024	0,0%	2.063	2.081	-0,9%
Energia requerida (GWh)	3.156	2.976	6,0%	3.203	-1,5%	9.883	9.525	3,8%
Energia distribuída (GWh)	2.557	2.409	6,1%	2.578	-0,8%	7.943	7.628	4,1%
Residencial - Convencional	848	718	18,1%	852	-0,5%	2.749	2.364	16,3%
Residencial - Baixa Renda	101	171	-40,9%	102	-1,0%	306	580	-47,2%
Industrial	253	293	-13,7%	242	4,5%	744	859	-13,4%
Comercial	487	426	14,3%	513	-5,1%	1.555	1.400	11,1%
Rural	56	53	5,7%	58	-3,4%	176	161	9,3%
Setor Público	318	304	4,6%	320	-0,6%	956	915	4,5%
Clientes Livres	384	332	15,7%	378	1,6%	1.124	1.028	9,3%
Revenda	105	107	-1,9%	107	-1,9%	316	305	3,6%
Consumo Próprio	5	5	-	6	-16,7%	17	16	6,3%
Perdas na Transmissão - Rede Básica (GWh)	165	167	-1,2%	157	5,1%	496	496	-
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	599	567	5,6%	625	-4,2%	1.940	1.897	2,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	18,98%	19,05%	-0,07 p.p	19,51%	-0,53 p.p	19,63%	19,92%	-0,29 p.p

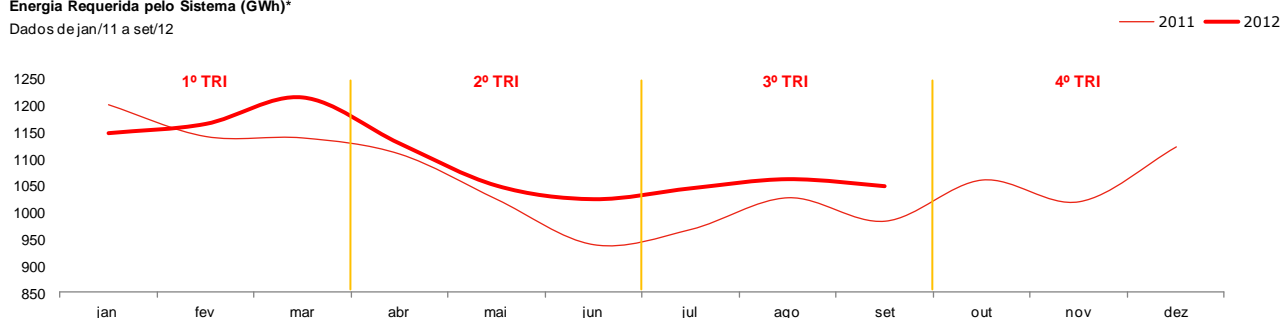
(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

A energia total requerida pelo sistema da Ampla Energia no 3T12 foi de 3.156 GWh*, um percentual 6,0% superior ao registrado no 3T11 (2.976 GWh*). Já a energia efetivamente distribuída pelo sistema apresentou um incremento de 6,1% (2.557 GWh* versus 2.409 GWh*). A diferença entre o incremento apresentado pela energia total requerida e pela energia efetivamente distribuída é o reflexo da redução (-0,07 p.p.) nas perdas no sistema de distribuição entre os trimestres comparados, que alcançou o patamar de 18,98%*, no 3T12, contra 19,05%* no 3T11.

Sazonalidade

Energia Requerida pelo Sistema (GWh)*

Dados de jan/11 a set/12



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Itaipu	542	544	-0,4%	535	1,3%	1.601	1.608	-0,4%
Centrais Elétricas - FURNAS	549	547	0,4%	583	-5,8%	1.793	1.758	2,0%
Cia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	398	419	-5,0%	424	-6,1%	1.307	1.345	-2,8%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	226	237	-4,6%	240	-5,8%	741	761	-2,6%
Eletronorte	151	172	-12,2%	152	-0,7%	494	517	-4,4%
COPEL	158	179	-11,7%	159	-0,6%	516	538	-4,1%
CEMIG	115	126	-8,7%	116	-0,9%	374	380	-1,6%
PROINFA	61	60	1,7%	56	8,9%	174	160	8,7%
Outros	720	670	7,5%	658	9,4%	2.128	1.974	7,8%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	2.920	2.954	-1,2%	2.923	-0,1%	9.128	9.041	1,0%
Liquidação na CCEE	(88)	(250)	-64,8%	(39)	125,6%	(181)	(353)	-48,7%
Total - Compra de Energia	2.832	2.704	4,7%	2.884	-1,8%	8.947	8.688	3,0%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

Os contratos de compra de energia celebrados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, os contratos bilaterais e a liquidação das diferenças na CCEE totalizaram, no 3T12, o montante de 2.832 GWh*, para atender a energia demandada pelo sistema da Ampla Energia. Esse montante representa um acréscimo de 4,7% (+128 GWh) em relação ao 3T11, que foi de 2.704 GWh*.

Inputs e Outputs do Sistema

INPUTS E OUTPUTS DO SISTEMA (GWH)

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Totais - Inputs	2.832	2.704	4,7%	2.884	-1,8%	8.947	8.688	3,0%
Compra de Energia	2.832	2.704	4,7%	2.884	-1,8%	8.947	8.688	3,0%
Contratos	2.920	2.954	-1,2%	2.923	-0,1%	9.128	9.041	1,0%
Itaipu	542	544	-0,4%	535	1,3%	1.601	1.608	-0,4%
Centrais Elétricas - FURNAS	549	547	0,4%	583	-5,8%	1.793	1.758	2,0%
Cia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	398	419	-5,0%	424	-6,1%	1.307	1.345	-2,8%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	226	237	-4,6%	240	-5,8%	741	761	-2,6%
Eletronorte	151	172	-12,2%	152	-0,7%	494	517	-4,4%
COPEL	158	179	-11,7%	159	-0,6%	516	538	-4,1%
CEMIG	115	126	-8,7%	116	-0,9%	374	380	-1,6%
PROINFA	61	60	1,7%	56	8,9%	174	160	8,7%
Outros	720	670	7,5%	658	9,4%	2.128	1.974	7,8%
Liquidação CCEE	(88)	(250)	-64,8%	(39)	125,6%	(181)	(353)	-48,7%
Totais - Outputs	2.832	2.704	4,7%	2.884	-1,8%	8.947	8.688	3,0%
Perdas na Transmissão - Rede Básica	165	167	-1,2%	166	-0,6%	504	496	1,6%
Energia Distribuída - Mercado Cativo	2.068	1.970	5,0%	2.093	-1,2%	6.503	6.295	3,3%
Residencial - Convencional	848	718	18,1%	852	-0,5%	2.749	2.364	16,3%
Residencial - Baixa Renda	101	171	-40,9%	102	-1,0%	306	580	-47,2%
Industrial	253	293	-13,7%	242	4,5%	744	859	-13,4%
Comercial	487	426	14,3%	513	-5,1%	1.555	1.400	11,1%
Rural	56	53	5,7%	58	-3,4%	176	161	9,3%
Setor Público	318	304	4,6%	320	-0,6%	956	915	4,5%
Consumo Próprio	5	5	-	6	-16,7%	17	16	6,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla	599	567	5,6%	625	-4,2%	1.940	1.897	2,3%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
DEC 12 meses (horas)	17,13	20,10	-14,8%	17,73	-3,4%	17,13	20,10	-14,8%
FEC 12 meses (vezes)	8,72	10,69	-18,4%	8,97	-2,8%	8,72	10,69	-18,4%
Perdas de Energia 12 meses (%)	19,44%	19,87%	-0,43 p.p	19,46%	-0,02 p.p	19,44%	19,87%	-0,43 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,10%	99,34%	-1,24 p.p	98,85%	-0,75 p.p	98,10%	99,34%	-1,24 p.p
MWh/Colaborador	2.132	1.972	8,1%	2.168	-1,6%	6.621	6.267	5,7%
MWh/Consumidor	0,92	0,90	2,2%	0,97	-5,2%	2,92	2,89	1,0%
PMSO (3)/Consumidor	46,40	49,58	-6,4%	52,50	-11,6%	150,52	152,46	-1,3%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

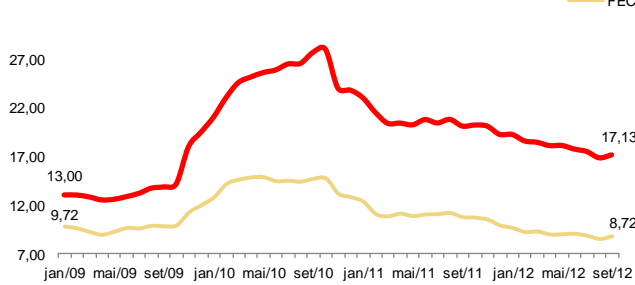
(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

* Valores não auditados pelos auditores independentes

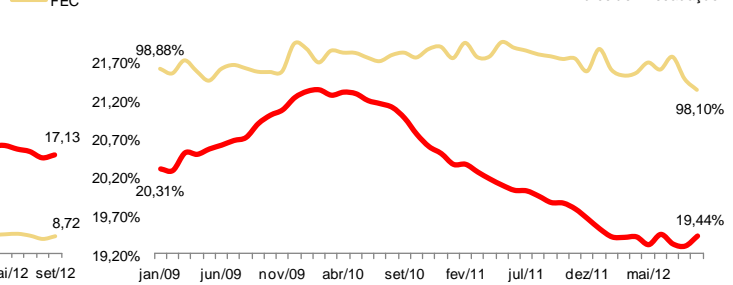
Comentário do Desempenho

Qualidade do Fornecimento

Evolução do DEC (Horas) e FEC (Vezes) TAM*
Dados de jan/09 a set/12



Evolução das Perdas Totais (%) e Arrecadação (%) TAM*
Dados de jan/09 a set/12



Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Eles refletem:

DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses).

FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses).

A Ampla Energia encerrou o 3T12 com DEC de 17,13 horas*, índice 14,8% inferior ao registrado no 3T11, de 20,10 horas*. O FEC alcançou o patamar de 8,72 vezes*, o que representa uma redução de 18,4% em relação ao 3T11, que fechou em 10,69 vezes*. A Ampla Energia investiu R\$ 80 milhões* em qualidade do sistema nos últimos 12 meses.

Disciplina de Mercado

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 19,44%* no 3T12, uma redução de 0,43 p.p. em relação às perdas registradas no 3T11, de 19,87%*. Esse resultado é reflexo principalmente do restabelecimento do faturamento de novos clientes pela medição eletrônica que ocorreu em julho de 2009, e que estavam suspensos pela ANEEL desde outubro de 2007 (exigência de certificação pelo INMETRO). Nos últimos 12 meses, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 173 milhões*.

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou o 3T12 em 98,10%*, percentual inferior (-1,24 p.p.) em relação ao encerramento do 3T11, de 99,34%*.

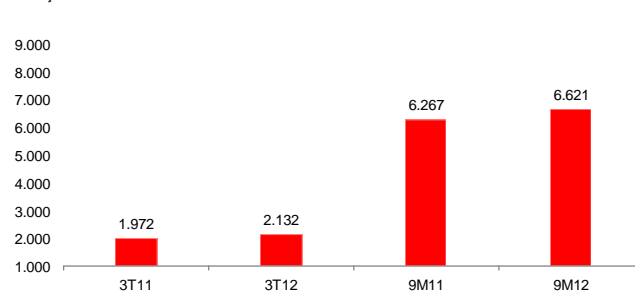
Produtividade

Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e em termos de geração de valor pela base comercial (consumidores).

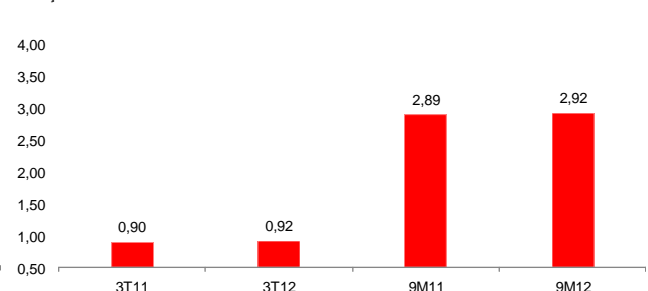
A Ampla Energia encerrou o 3T12 com o indicador de MWh/colaborador de 2.132*, índice 8,1% superior que o valor do 3T11, de 1.972*. O indicador de MWh/consumidor alcançou o patamar de 0,92*, o que representa um aumento de 2,2% em relação ao 3T11, que encerrou em 0,90*.

O indicador PMSO/consumidor, que busca avaliar a eficiência de custos pela base comercial da Companhia, alcançou o valor de R\$46,40/consumidor no 3T12, o que representa um decréscimo de 6,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, que fechou em R\$49,58/consumidor.

Indicador de Produtividade - MWh/Colaborador*
Evolução 3T11 - 3T12 e 9M11 - 9M12



Indicador de Produtividade - MWh/Consumidor*
Evolução 3T11 - 3T12 e 9M11 - 9M12



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

Overview

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Receita Operacional Bruta	1.275.954	1.186.895	7,5%	1.356.112	-5,9%	3.989.926	3.682.177	8,4%
Deduções à Receita Operacional	(415.085)	(397.040)	4,5%	(444.679)	-6,7%	(1.325.217)	(1.262.966)	4,9%
Receita Operacional Líquida	860.869	789.855	9,0%	911.433	-5,5%	2.664.709	2.419.211	10,1%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(720.823)	(686.390)	5,0%	(753.318)	-4,3%	(2.192.016)	(1.999.780)	9,6%
EBITDA(2)*	184.830	157.653	17,2%	197.215	-6,3%	604.546	562.651	7,4%
Margem EBITDA*	21,47%	19,96%	1,51 p.p	21,64%	-0,17 p.p	22,69%	23,26%	-0,57 p.p
EBIT(3)*	140.046	103.465	35,4%	158.115	-11,4%	472.693	419.431	12,7%
Margem EBIT*	16,27%	13,10%	3,17 p.p	17,35%	-1,08 p.p	17,74%	17,34%	0,40 p.p
Resultado Financeiro	(57.021)	(71.495)	-20,2%	(58.126)	-1,9%	(177.453)	(142.280)	24,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.847)	(10.960)	154,1%	(38.920)	-28,5%	(104.877)	(94.592)	10,9%
Lucro Líquido	55.178	21.010	162,6%	61.069	-9,6%	190.363	182.559	4,3%
Margem Líquida	6,41%	2,66%	3,75 p.p	6,70%	-0,29 p.p	7,14%	7,55%	-0,41 p.p
Lucro por Lote de Mil Ações (R\$/lote de mil ações)	0,014	0,005	161,1%	0,016	-9,6%	0,049	0,047	4,3%

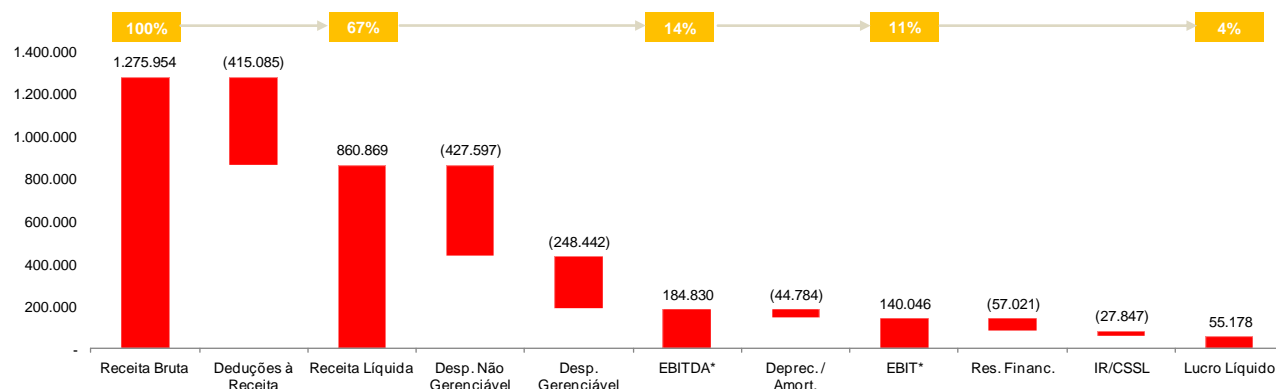
(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

(2) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

(3) EBIT: Resultado do Serviço

Principais Contas do Resultado (R\$ Mil)

Overview 3T12



Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Fornecimento de Energia	1.086.634	970.336	12,0%	1.124.348	-3,4%	3.382.504	3.044.428	11,1%
Baixa Renda	16.082	18.722	-14,1%	31.513	-49,0%	53.940	62.300	-13,4%
Fornecimento de Energia Total	1.102.716	989.058	11,5%	1.155.861	-4,6%	3.436.443	3.106.728	10,6%
Suprimento de Energia Elétrica	4.291	13.868	-69,1%	21.136	-79,7%	38.414	34.413	11,6%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	64.298	55.949	14,9%	61.447	4,6%	187.503	180.591	3,8%
Receita - IFRIC 12	88.181	111.956	-21,2%	103.906	-15,1%	280.969	313.263	-10,3%
Outras Receitas	16.468	16.064	2,5%	13.762	19,7%	46.596	47.182	-1,2%
Total - Receita Operacional Bruta	1.275.954	1.186.895	7,5%	1.356.112	-5,9%	3.989.926	3.682.177	8,4%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, no 3T12, R\$ 1.276 milhões, um incremento de 7,5% em relação ao 3T11, de R\$ 1.187 milhões (+R\$ 89 milhões). Esse incremento é, basicamente, o efeito combinado dos seguintes fatores:

- Evolução de 12,0% (R\$ 1.087 milhões versus R\$ 970 milhões) na receita pelo fornecimento de energia elétrica (+R\$ 117 milhões); O incremento se deve ao efeito combinado do (i) reajuste tarifário anual, com um incremento médio na tarifa percebido pelo consumidor cativo de 7,01%, que entrou em vigor a partir de 15 de março de 2012, e (ii) do crescimento da venda de energia para o mercado cativo, que apresentou uma evolução no 3T12 de 3,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Comentário do Desempenho

- Redução de 14,1% (R\$ 16 milhões versus R\$ 19 milhões) na receita referente ao subsídio baixa renda (-R\$ 3 milhões)
Decréscimo decorrente de redução da base de clientes baixa renda. No período cerca de 290 mil clientes que migraram para a classe residencial convencional, devido as novas condições exigidas para acesso a tarifa Social de Energia Elétrica;
- Decréscimo de 69,1% (R\$ 4 milhões versus R\$ 14 milhões) no suprimento de energia elétrica (-R\$ 10 milhões):
Esta variação é decorrente da diminuição do volume de energia comercializada no mercado de curto prazo, de 88 GWh no 3T12, contra 250 GWh no trimestre anterior.
- Acréscimo de 14,9% (R\$ 64 milhões versus R\$ 56 milhões) na receita pela disponibilidade da rede elétrica (+R\$ 8 milhões):
O aumento de R\$ 6,9 milhões nesta rubrica está associado basicamente ao incremento de 15,3% no volume de energia transportada a este clientes, representando 51 GWh;
- Redução de 21,2% (R\$ 88 milhões versus R\$ 112 milhões) na receita operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (-R\$ 24 milhões):
A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta no 3T12 foi de R\$ 88 milhões (cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gerando efeito algum no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), uma redução de R\$ 24 milhões quando comparado com o 3T11 (R\$ 112 milhões).

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia no 3T12 alcançou o montante de R\$ 1.188 milhões, o que representa um incremento de 10,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1.075 milhões (+R\$ 113 milhões).

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
ICMS	(279.394)	(253.027)	10,4%	(292.648)	-4,5%	(875.289)	(818.413)	6,9%
PIS	(12.026)	(11.223)	7,2%	(12.678)	-5,1%	(38.156)	(36.787)	3,7%
COFINS	(55.393)	(51.692)	7,2%	(58.395)	-5,1%	(175.749)	(168.632)	4,2%
ISS	(392)	(330)	18,8%	(419)	-6,4%	(1.931)	(1.726)	11,9%
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	(15.195)	(14.778)	2,8%	(21.747)	-30,1%	(51.995)	(42.951)	21,1%
Subvenções CCC e CDE	(42.712)	(57.095)	-25,2%	(48.709)	-12,3%	(151.553)	(167.672)	-9,6%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(7.634)	(6.865)	11,2%	(7.679)	-0,6%	(23.353)	(20.475)	14,1%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros	(2.339)	(2.030)	15,2%	(2.404)	-2,7%	(7.191)	(6.310)	14,0%
Total - Deduções da Receita	(415.085)	(397.040)	4,5%	(444.679)	-6,7%	(1.325.217)	(1.262.966)	4,9%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

As deduções da receita apresentaram incremento de 4,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, alcançando -R\$ 415 milhões no 3T12, contra -R\$ 397 milhões no 3T11 (-R\$ 18 milhões). Esse incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- Acréscimo de 9,8% (-R\$ 347 milhões versus -R\$ 316 milhões) nas rubricas de tributos ICMS/PIS/COFINS/ISS (-R\$ 31 milhões):
Este incremento reflete o crescimento da base de cálculo para apuração destes tributos. O percentual sobre a base de cálculo continua em linha com o 3T11.
- Decréscimo de 25,2% (-R\$ 43 milhões versus -R\$ 57 milhões) nas subvenções CCC e CDE (+R\$ 14 milhões):
A partir de maio de 2012, através da Resolução nº 1.291 de 15/05/2012, a quota mensal do encargo CCC reduziu de R\$ 11,2 milhões para R\$ 5,4 milhões, refletindo uma queda de R\$ 17,4 milhões no trimestre. O encargo CDE, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 3 milhões, conforme Resolução Homologatória 1.243 de 13/12/2011, que aumentou a quota mensal de R\$ 7,9 milhões para R\$ 8,9 milhões no ano de 2012. Quando analisadas em conjunto, as subvenções CCC e CDE representam uma redução de R\$ 14 milhões entre os trimestres comparados.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(322.816)	(290.931)	11,0%	(355.957)	-9,3%	(1.004.466)	(842.086)	19,3%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(2.166)	(1.680)	28,9%	(2.167)	-0,0%	(6.175)	(5.152)	19,9%
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(102.615)	(102.079)	0,5%	(108.325)	-5,3%	(315.452)	(300.045)	5,1%
Total - Não gerenciáveis	(427.597)	(394.690)	8,3%	(466.449)	-8,3%	(1.326.093)	(1.147.283)	15,6%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(32.967)	(33.864)	-2,6%	(32.785)	0,6%	(106.106)	(100.562)	5,5%
Material e Serviços de Terceiros	(63.105)	(57.962)	8,9%	(65.257)	-3,3%	(194.117)	(179.679)	8,0%
Custo na Desativação de Bens	(35.399)	4.392	-	(3.948)	-	(48.033)	3.586	-
Depreciação e Amortização	(44.784)	(54.188)	-17,4%	(39.100)	14,5%	(131.853)	(143.220)	-7,9%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.790)	(13.613)	1,3%	(19.049)	-27,6%	(47.108)	(41.866)	12,5%
Provisão para Contingências	(530)	(17.258)	-96,9%	(13.332)	-96,0%	(26.529)	(52.817)	-49,8%
Custo de Construção (IFRIC 12)	(88.181)	(111.956)	-21,2%	(103.906)	-15,1%	(280.969)	(313.263)	-10,3%
Outras Despesas Operacionais	(14.470)	(7.251)	99,6%	(9.492)	52,4%	(31.208)	(24.676)	26,5%
Total - Gerenciáveis	(293.226)	(291.700)	0,5%	(286.869)	2,2%	(865.923)	(852.497)	1,6%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(720.823)	(686.390)	5,0%	(753.318)	-4,3%	(2.192.016)	(1.999.780)	9,6%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

Os custos e despesas operacionais no 3T12 alcançaram -R\$ 721 milhões, um aumento de 5,0% em relação ao 3T11, de -R\$ 686 milhões (-R\$ 34 milhões). Este acréscimo é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Incremento de 8,3% (-R\$ 428 milhões versus -R\$ 395 milhões) nos custos e despesas não gerenciáveis (-R\$ 33 milhões), por:

- Aumento de 11,0% (-R\$ 323 milhões versus -R\$ 291 milhões) na energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 32 milhões): Acréscimo decorrente de (i) reajuste médio da tarifa de compra de energia de 5,7% e (ii) maior volume de energia comprada em 4,7% (2.832 GWh X 2.704 Gwh).

Incremento de 0,5% (-R\$ 293 milhões versus -R\$ 292 milhões) nos custos e despesas gerenciáveis (-R\$ 1 milhão). As principais variações são:

- Decréscimo de 2,6% (-R\$ 33 milhões versus -R\$ 34 milhões) nas despesas de pessoal (+R\$ 1 milhão).
- Acréscimo de 8,9% (-R\$ 63 milhões versus -R\$ 58 milhões) nas despesas de material e serviços de terceiros (-R\$ 5 milhões): O aumento das despesas de materiais e serviços de terceiros decorre basicamente de (i) reajustes contratuais dos prestadores de serviços e (ii) aumento da operação comercial e de manutenção da rede.
- Incremento (-R\$ 35 milhões versus -R\$ 4 milhões) nos custos de desativação de bens (-R\$ 31 milhões): Variação, não recorrente, decorrente do registro de R\$ 29,7 milhões em setembro de 2012, associado à perda de valor de itens do ativo imobilizado.
- Redução de 96,9% (-R\$ 530 mil versus -R\$ 17 milhões) nas despesas de provisão para contingências (+R\$ 17 milhões): Decréscimo devido, principalmente, à baixa de provisão de valores em litígio baseada na opinião dos advogados da Companhia.
- Redução de 21,2% (-R\$ 88 milhões versus -R\$ 112 milhões) na despesa operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (+R\$ 24 milhões): A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na despesa operacional no 3T12 foi de -R\$ 88 milhões, (cuja contrapartida se encontra na receita operacional bruta, no mesmo valor, não gerando efeito algum no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), uma redução de R\$ 24 milhões quando comparado com o 3T11 (-R\$ 112 milhões).

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, no 3T12, alcançaram o montante de -R\$ 205 milhões, o que representa uma evolução de 14,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 180 milhões (-R\$ 25 milhões).

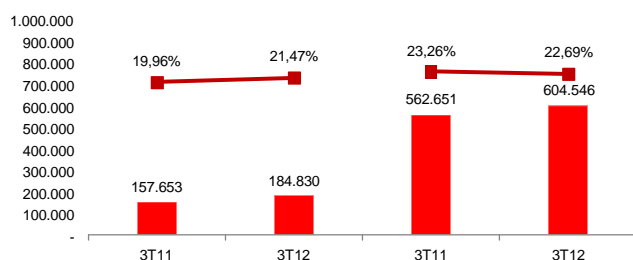
- Aumento de 99,6% (-R\$ 14 milhões versus -R\$ 7 milhões) em outras despesas operacionais (-R\$ 7 milhões): Variação decorrente de ajuste de conciliação, realizado em 2012, no valor de R\$ 6 milhões que foram baixados do contas a receber de prestação de serviços diversos.

Comentário do Desempenho

EBITDA

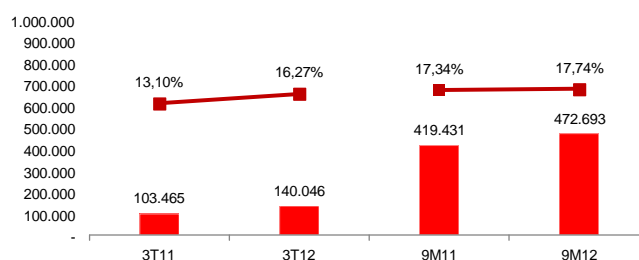
EBITDA (R\$ Mil) e Margem EBITDA (%)*

Evolução 3T11 - 3T12 e 9M11 - 9M12



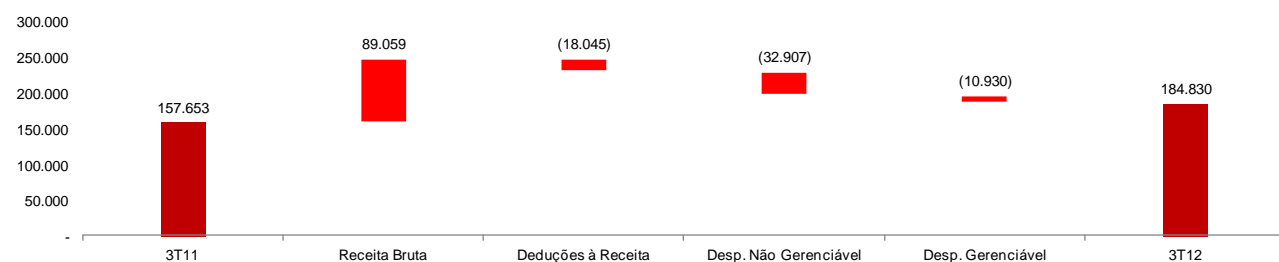
EBIT (R\$ Mil) e Margem EBIT (%)*

Evolução 3T11 - 3T12 e 9M11 - 9M12



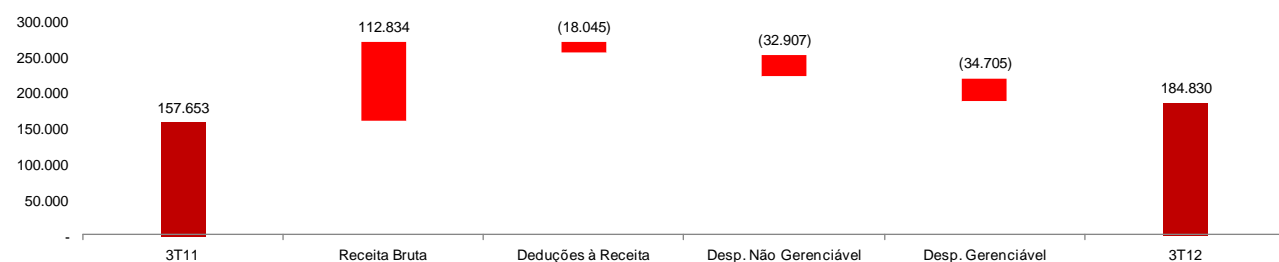
Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)*

Evolução 3T11 - 3T12



Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)* s/ variações de Receita e Custo de Construção (IFRIC 12)

Evolução 3T11 - 3T12



Com base nas variações expostas acima, o EBITDA da Ampla Energia no 3T12, atingiu o montante de R\$ 185 milhões*, o que representa um acréscimo de 17,2% em relação ao 3T11, cujo montante foi de R\$ 158 milhões* (+R\$ 27 milhões). A margem EBITDA da Companhia no 3T12 foi de 21,47%*, refletindo um aumento de 1,51 p.p. em relação ao 3T11, de 19,96%*.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. De acordo com o artigo 10 da referida instrução, a mesma produz efeito somente nas divulgações a partir de 1º de janeiro de 2013, no entanto a Ampla Energia optou por já incorporar a conciliação em seu comentário de desempenho a partir do 3T12.

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Lucro Líquido do Período	55.178	21.010	162,6%	61.069	-9,6%	190.363	182.559	4,3%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE xx)	27.847	10.960	154,1%	38.920	-28,5%	104.877	94.592	10,9%
(+) Resultado Financeiro (NE xx)	57.021	71.495	-20,2%	58.126	-1,9%	177.453	142.280	24,7%
(=) EBIT	140.046	103.465	35,4%	158.115	-11,4%	472.693	419.431	12,7%
(+) Depreciações e Amortizações (NE xx)	44.784	54.188	-17,4%	39.100	14,5%	131.853	143.220	-7,9%
(=) EBITDA	184.830	157.653	17,2%	197.215	-6,3%	604.546	562.651	7,4%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

O EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral e revela-se uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional da companhia, assim como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não apenas sobre o desempenho financeiro, mas também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de se obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Receitas Financeiras								
Renda de Aplicação Financeira	5.139	2.702	90,2%	1.223	-	7.991	5.960	34,1%
Multas e Acréscimos Moratórios	12.522	11.274	11,1%	13.671	-8,4%	41.420	36.033	15,0%
Receita Ativo Indenizável	976	(18.582)	-105,3%	-	-	3.093	11.916	-74,0%
Outras Receitas Financeiras	4.970	17.736	-72,0%	4.246	0	10.425	25.096	-58,5%
Total - Receitas Financeiras	23.607	13.130	79,8%	19.140	23,3%	62.929	79.005	-20,3%
Despesas financeiras								
Encargos de Dívidas	(32.020)	(41.232)	-22,3%	(31.350)	2,1%	(96.630)	(111.543)	
Atualização Financeira de provisão para contingências	(18.390)	(34.127)	-46,1%	(10.735)	71,3%	(45.625)	(46.414)	-1,7%
Encargo de Fundo de Pensão	(12.498)	(5.633)	121,9%	(12.481)	0,1%	(37.496)	(16.900)	121,9%
Multas e Acréscimos Moratórios	(1.088)	(1.079)	0,8%	(9.216)	-88,2%	(11.577)	(5.215)	122,0%
Variações Monetárias	(7.996)	(2.906)	175,2%	(3.768)	112,2%	(16.201)	(9.193)	76,2%
Indenizações DIC / FIC	(2.863)	(2.977)	-3,8%	(5.031)	-43,1%	(16.364)	(19.426)	-15,8%
IOF	(839)	(2.309)	-63,7%	(631)	33,0%	(2.618)	(4.820)	
Outras Despesas Financeiras	(4.934)	5.638	-187,5%	(4.054)	21,7%	(13.871)	(7.774)	
Total - Despesas Financeiras	(80.628)	(84.625)	-4,7%	(77.266)	4,4%	(240.382)	(221.285)	8,6%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(57.021)	(71.495)	-20,2%	(58.126)	-1,9%	(177.453)	(142.280)	24,7%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

O resultado financeiro da Ampla Energia no 3T12 foi de -R\$ 57 milhões, uma redução de 20,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, de -R\$ 71 milhões (+R\$ 14 milhões). Esta diminuição é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Evolução de 79,8% (R\$ 24 milhões versus R\$ 13 milhões) nas receitas financeiras (+R\$ 11 milhões), principalmente, por:

- Incremento na receita de atualização do ativo indenizável (-R\$ 18 milhões):
No 3T11 foi estornado R\$ 19 milhões de receita referente atualização monetária do ativo indenizável registrada a maior no 1º semestre de 2011.
- Redução de 72,0% (R\$ 5 milhões versus R\$ 18 milhões) em outras receitas financeiras:
Variação decorrente de atualização monetária, registrada no 3T11, de ativo a receber por operações de venda de energia no valor R\$ 14 milhões.

Redução de 4,7% (-R\$ 81 milhões versus -R\$ 85 milhões) nas despesas financeiras (+R\$ 4 milhões), principalmente, por:

- Decréscimo de 22,3% (-R\$ 32 milhões versus -R\$ 41 milhões) nos encargos de dívidas (+R\$ 9 milhões):
Redução decorrente da queda do custo médio da dívida que passou de 12,43% a.a no 3T11 para 9,29% a.a no mesmo período de 2012.
- Redução de 46,1% (-R\$ 18 milhões versus -R\$ 34 milhões) na atualização financeira de provisão para contingências (+R\$ 16 milhões):
Esta variação é justificada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) registro no 3T11 de atualização no valor R\$ 9 milhões nas provisões de processos judiciais, classificadas indevidamente em outras despesas financeiras e ii) atualização para pagamento de autos de infração no valor de R\$ 3 milhões também lançada no 3T11.
- Aumento em Encargos do Fundo de Pensão de 121,9% (-R\$ 12,5 milhões versus -R\$ 5,6 milhões):
As premissas atuariais foram atualizadas implicando no registro de R\$ 6,8 milhões adicionais nesta despesa.
- Aumento de 175,2% (-R\$ 8 milhões versus -R\$ 3 milhões) nas despesas financeiras de variações monetárias (-R\$ 5 milhões);
- Redução de 187,5% (-R\$ 5 milhões versus R\$ 6 milhões) em Outras Despesas Financeiras (-R\$ 11 milhões):
Variação decorrente de reclassificação realizada no 3T11 no valor de R\$ 9 milhões, associada a atualização de provisão para contingências.

IR/CSLL

IR/CSLL (R\$ mil)

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
IR e CSLL	(27.847)	(10.960)	154,1%	(38.920)	-28,5%	(104.877)	(94.592)	10,9%
Total - IR/CSLL	(27.847)	(10.960)	154,1%	(38.920)	-28,5%	(104.877)	(94.592)	10,9%

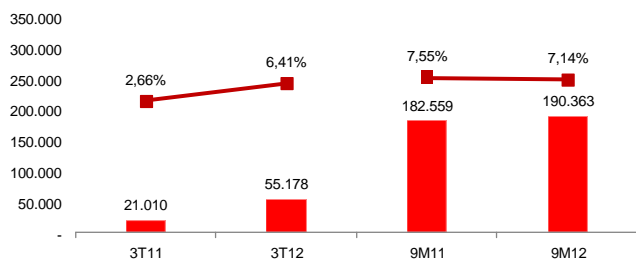
(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 3T12 registraram -R\$ 28 milhões, um aumento de 154,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, de -R\$ 11 milhões (+R\$ 17 milhões), tendo em vista o aumento da base de cálculos dos impostos pelos efeitos anteriormente expostos. O Lucro Líquido antes de tributos apresentou incremento de 159,7% (+R\$ 51 milhões).

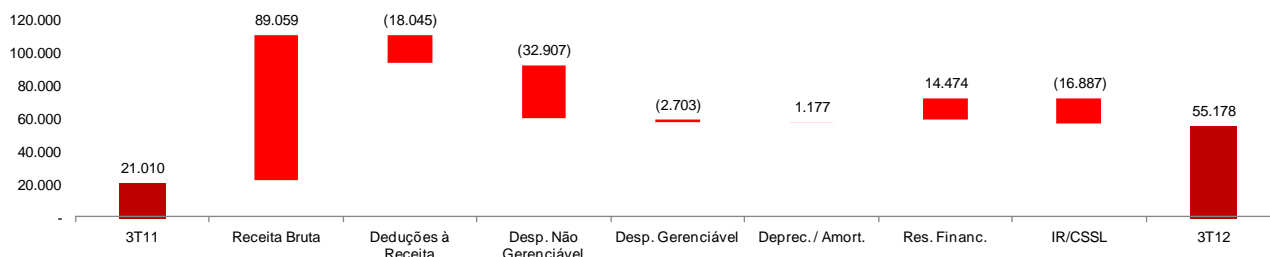
Comentário do Desempenho

Lucro Líquido

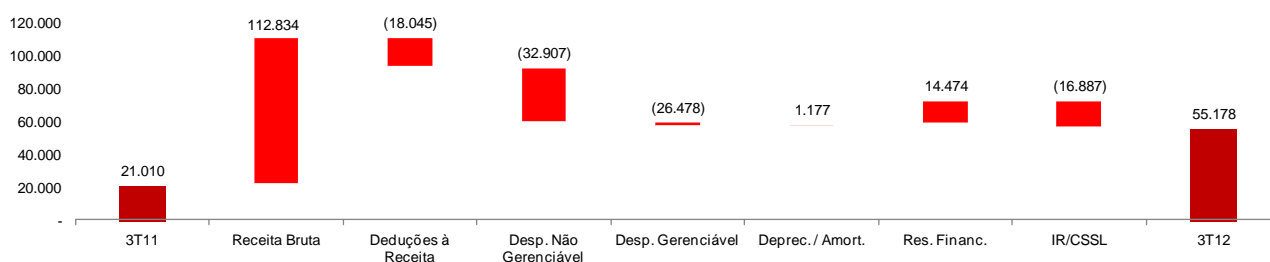
Lucro Líquido (R\$ Mil) e Margem Líquida (%)
Evolução 3T11 - 3T12 e 9M11 - 9M12



Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil)
Evolução 3T11 - 3T12



Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil) s/ variações de Receita e Custo de Construção (IFRIC 12)
Evolução 3T11 - 3T12



Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou no 3T12 um lucro líquido de R\$ 55 milhões, valor 162,6% superior ao registrado no 3T11, que foi de R\$ 21 milhões (-R\$ 34 milhões). Desta forma, a Margem Líquida no 3T12 alcançou 6,41%, um acréscimo de 3,75 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, de 2,66%.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO*

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Dívida bruta (R\$ mil)	1.529.798	1.451.852	5,4%	1.754.190	-12,8%	1.529.798	1.451.852	5,4%
(-) Disponibilidades - Caixa e Equivalentes (R\$ mil)	199.571	60.769	228,4%	393.121	-49,2%	199.571	60.769	228,4%
Dívida líquida (R\$ mil)	1.330.227	1.391.083	-4,4%	1.361.069	-2,3%	1.330.227	1.391.083	-4,4%
Dívida bruta / EBITDA(3)*	1,90	2,31	-17,7%	2,26	-15,9%	1,90	2,31	-17,7%
EBITDA(2) / Encargos de Dívida(2)*	6,08	4,31	41,1%	5,50	10,5%	6,08	4,31	41,1%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,46	0,45	2,2%	0,50	-8,0%	0,46	0,45	2,2%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,42	0,44	-4,5%	0,43	-2,3%	0,42	0,44	-4,5%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

(3) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses

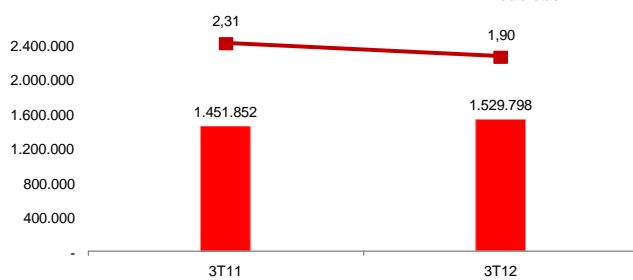
A dívida financeira bruta da Ampla Energia encerrou o 3T12 em R\$ 1.530 milhões, um incremento de 5,4% em relação ao 3T11, que foi de R\$ 1.452 milhões (+R\$ 78 milhões). Esse aumento representa, basicamente, a diferença entre captações de dívidas (R\$ 400 milhões da 7ª emissão de debêntures e R\$ 131 milhões em liberações do BNDES para investimentos, totalizando R\$ 531 milhões) e amortizações (R\$ 189 milhões referente à liquidação da 1ª série da 4ª emissão de debêntures, R\$ 223 milhões em empréstimos bancários e R\$ 49 milhões em linhas de financiamento para investimentos do BNDES).

A Ampla Energia encerrou o 3T12 com o custo médio da dívida em 9,29% a.a., ou CDI + 1,41% a.a.

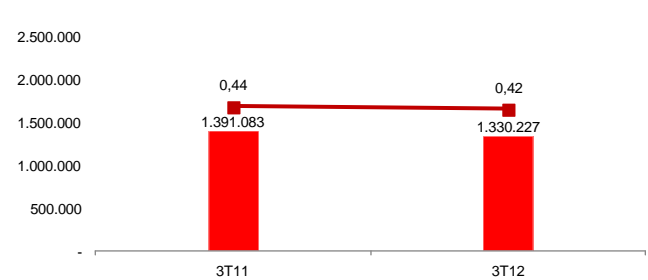
* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Veze)
Evolução 3T11 - 3T12

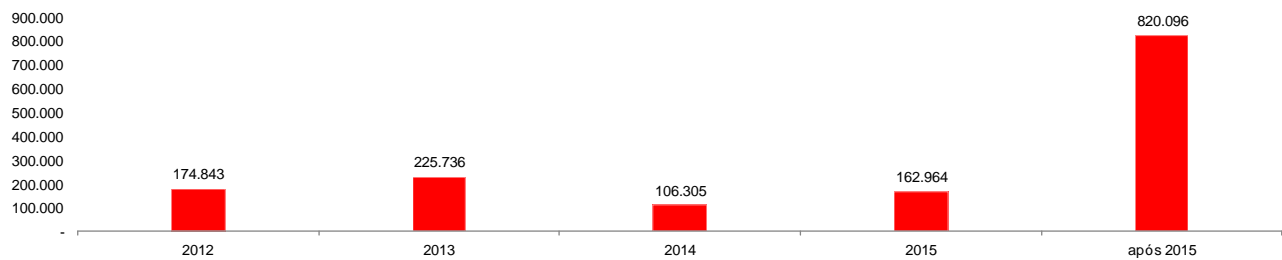


Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze)
Evolução 3T11 - 3T12



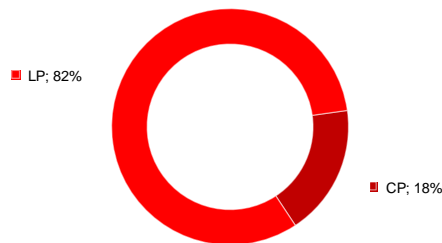
Curva de Amortização (R\$ Mil)

Posição Final em set/12



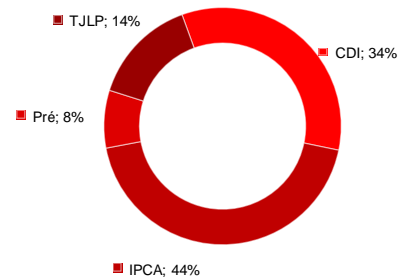
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP

Posição Final em set/12



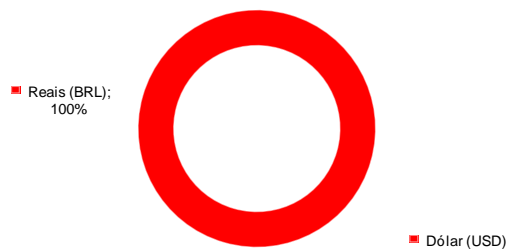
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores

Posição Final em set/12



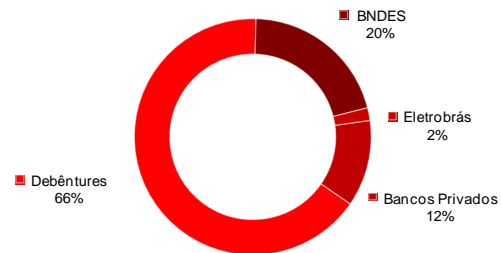
Abertura da Dívida Bruta - Moedas

Posição Final em set/12



Abertura da Dívida Bruta - Credor

Posição Final em set/12



Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Investimentos por Demanda	45.538	42.160	8,0%	55.477	-17,9%	163.792	127.594	28,4%
Novas Conexões	42.390	39.203	8,1%	49.145	-13,7%	144.071	121.534	18,5%
Atendimento à Demanda	3.148	2.957	6,5%	6.332	-50,3%	19.721	6.060	225,4%
Qualidade do Sistema Elétrico	22.796	24.299	-6,2%	15.963	42,8%	47.623	71.091	-33,0%
Programa Luz para Todos (PLPT)	-	627	-100,0%	-	-	-	3.289	-100,0%
Combate às Perdas	53.353	35.956	48,4%	38.514	38,5%	115.634	105.088	10,0%
Outros	8.074	3.887	107,7%	2.260	257,3%	7.705	7.499	2,7%
Total Investido	129.761	106.929	21,4%	112.214	15,6%	334.754	314.561	6,4%
Aportes / Subsídios	(3.577)	(3.495)	2,3%	(4.999)	-28,4%	(14.235)	(8.482)	67,8%
Investimento Líquido	126.184	103.434	22,0%	107.215	17,7%	320.519	306.079	4,7%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

Comentário do Desempenho

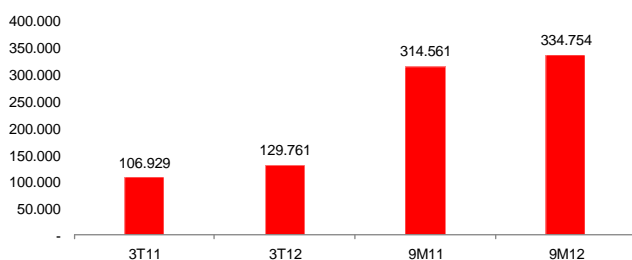
Os investimentos realizados pela Ampla Energia no 3T12 alcançaram R\$ 130 milhões*, uma evolução de 21,4% (+R\$ 23 milhões) em relação ao 3T11, cujo montante foi de R\$ 107 milhões*.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla Energia no 3T12 atingiram R\$ 126 milhões*, montante 22,0% superior ao realizado no 3T11 (R\$ 103 milhões).

O maior volume de investimentos nos 9M12 foi direcionado a novas conexões, o que representou 43,0% (R\$ 144 milhões) de todo o valor investido no período mencionado (R\$ 335 milhões).

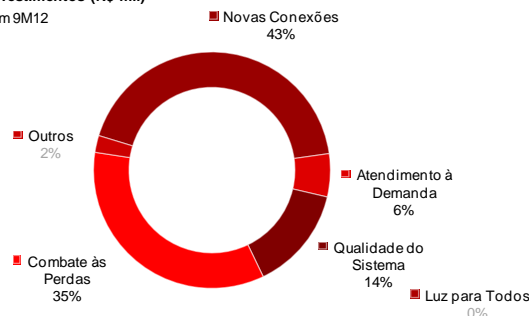
Investimentos Totais (R\$ Mil)*

Evolução 3T11 - 3T12 e 9M11 - 9M12



Portfólio de Investimentos (R\$ mil)

Composição em 9M12



Mercado de Capitais

INDICADORES DE MERCADO*

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Informações sobre Ação Ordinária (CBEE3)								
Cotação (R\$/mil ações)	1,35	1,19	13,4%	1,45	-6,9%	1,35	1,19	13,4%
Média Diária de Negócios	2	15	-86,7%	4	-50,0%	3	7	-57,1%
Média Diária de Volume Financeiro (R\$)	2.424	21.622	-88,8%	3.727	-35,0%	3.678	12.558	-70,7%
Valor de Mercado (R\$ milhões)	5.295	4.668	13,4%	5.688	-6,9%	5.295	4.668	13,4%
Enterprise Value (EV(3)) (R\$ milhões)	6.626	6.059	9,4%	7.049	-6,0%	6.626	6.059	9,4%
EV/EBITDA(4)	8,24	9,65	-14,6%	9,07	-9,2%	8,24	9,65	-14,6%
Preço da Ação / Lucro por Ação(4) (P/L)	24,27	24,45	-0,7%	30,91	-21,5%	24,27	24,45	-0,7%
Valor de Mercado/Patrimônio Líquido	2,90	2,68	8,2%	3,20	-9,4%	2,90	2,68	8,2%

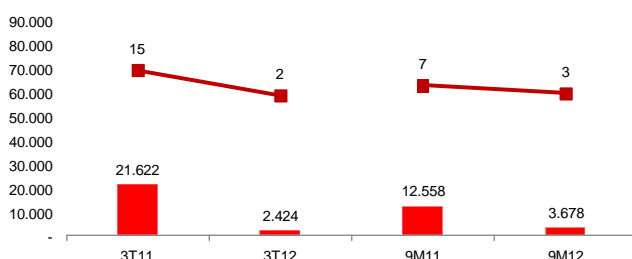
(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

(3) EV = Valor de mercado + Dívida líquida

(4) EBITDA e Lucro por Ação dos quatro últimos trimestres

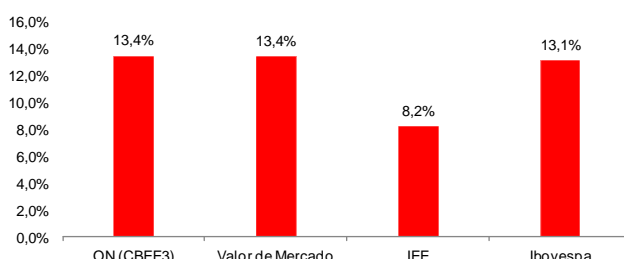
Média Diária de Negócios (Negócios) e Volume Médio Diário (R\$)*

Evolução 3T11 - 3T12 e 9M11 - 9M12



Indicadores de Mercado - Variação 12 meses (%)*

Dados até set/12



0,36% do Capital Social da Ampla estão em livre negociação na BM&FBovespa e representam o seu *free float*. 99,64% estão nas mãos do grupo controlador.

A Ampla possui, atualmente, apenas 1 papel negociado na BM&FBovespa: sua ação ordinária (CBEE3), que no 3T12 teve uma média de 2 negócios diários e um volume financeiro diário médio de R\$ 2 mil.

A ação ordinária (CBEE3) apresentou valorização (sem ajuste por proventos) de 13,4% nos 12 meses até junho de 2012, enquanto o Ibovespa e o IEE apresentaram, respectivamente, valorização de 13,1% e 8,2%. Ajustando-se as cotações pelos proventos deliberados, a valorização da ação ordinária (CBEE3) seria de 13,9%.

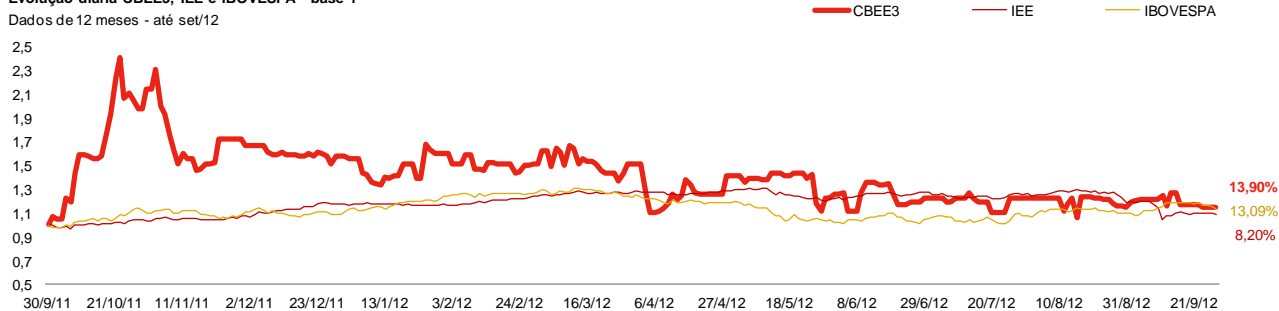
Em 04 de outubro de 2011, a Endesa Latinoamerica S.A. ("Endesa Latam") concluiu com a EDP – Energias de Portugal S.A. ("EDP") o processo de compra e venda de ações, por meio do qual a Endesa Latam adquiriu as 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia e, consequentemente, deu início a Oferta Pública de Aquisição – OPA, cuja conclusão se deu em 16 de abril de 2012, com a realização do leilão na BM&FBovespa, adquirindo um lote adicional de 10.354.610 ações ordinárias.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Evolução diária CBEE3, IEE e IBOVESPA - base 1

Dados de 12 meses - até set/12



5

TEMAS RELEVANTES

Reajuste Tarifário Anual de 2012

O Reajuste Tarifário da Ampla Energia de 2012, com vigência a partir do dia 15 de março de 2012, estabeleceu um incremento nas tarifas de 8,11%, sendo o efeito médio a ser percebido pelo mercado cativo da Companhia de 7,01%, tendo em vista a retirada da tarifa dos componentes financeiros oriundos do reajuste tarifário anual anterior.

Compra e Venda de Ações de propriedade da EDP

Em 04 de outubro de 2011, a Endesa Latinoamérica consumou com a EDP – Energias de Portugal a operação de compra e venda de ações, por meio da qual a Endesa Latinoamérica adquiriu 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia.

Dentro do prazo fixado na Instrução CVM nº 361, de 05 de março de 2002, depois de ultimadas as providências cabíveis em curso, de contratação de instituição intermediária e de emissão do laudo de avaliação da companhia, a Endesa Latinoamérica apresentou, no dia 15 de março de 2012, à Comissão de Valores Mobiliários o pedido para realização de Oferta Pública objetivando a aquisição da totalidade das ações emitidas pela Companhia em circulação no mercado.

No dia 16 de abril de 2012, foi concluído o leilão da oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação. Com a conclusão do leilão, a Endesa Latinoamérica adquiriu 10.354.610 ações ordinárias de emissão da Companhia. A liquidação da OPA ocorreu em 19 de abril de 2012.

Resta em circulação um total de 14.238.838.779 ações, o que representa 0,36% do capital total da Companhia.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1: DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO (R\$ MIL)

	3T12	3T11	Var. %	2T12	Var. %(1)	9M12	9M11	Var. %(2)
Receita Operacional	1.275.954	1.186.895	7,5%	1.356.112	-5,9%	3.989.926	3.682.177	8,4%
Fornecimento de Energia	1.086.634	970.336	12,0%	1.124.348	-3,4%	3.382.503	3.044.428	11,1%
Baixa Renda	16.082	18.722	-14,1%	31.513	-49,0%	53.940	62.300	-13,4%
Suprimento de Energia Elétrica	4.291	13.868	-69,1%	21.136	-79,7%	38.414	34.413	11,6%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	64.298	55.949	14,9%	61.447	4,6%	187.503	180.591	3,8%
Receita de Construção (IFRIC 12)	88.181	111.956	-21,2%	103.906	-15,1%	280.969	313.263	-10,3%
Outras Receitas	16.468	16.064	2,5%	13.762	19,7%	46.597	47.182	-1,2%
Deduções da Receita	(415.085)	(397.040)	4,5%	(444.679)	-6,7%	(1.325.217)	(1.262.966)	4,9%
ICMS	(279.394)	(253.027)	10,4%	(292.648)	-4,5%	(875.289)	(818.413)	6,9%
PIS	(12.026)	(11.223)	7,2%	(12.678)	-5,1%	(38.156)	(36.787)	3,7%
COFINS	(55.393)	(51.692)	7,2%	(58.395)	-5,1%	(175.749)	(168.632)	4,2%
ISS	(392)	(330)	18,8%	(419)	-6,4%	(1.931)	(1.726)	11,9%
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	(15.195)	(14.778)	2,8%	(21.747)	-30,1%	(51.995)	(42.951)	21,1%
Subvenções CCC e CDE	(42.712)	(57.095)	-25,2%	(48.709)	-12,3%	(151.553)	(167.672)	-9,6%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(7.634)	(6.865)	11,2%	(7.679)	-0,6%	(23.353)	(20.475)	14,1%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros	(2.339)	(2.030)	15,2%	(2.404)	-2,7%	(7.191)	(6.310)	14,0%
Receita Operacional Líquida	860.869	789.855	9,0%	911.433	-5,5%	2.664.709	2.419.211	10,1%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	(720.823)	(686.390)	5,0%	(753.318)	-4,3%	(2.192.016)	(1.999.780)	9,6%
Custos e despesas não gerenciáveis	(427.597)	(394.690)	8,3%	(466.449)	-8,3%	(1.326.093)	(1.147.283)	15,6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(322.816)	(290.931)	11,0%	(355.957)	-9,3%	(1.004.466)	(842.086)	19,3%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(2.166)	(1.680)	28,9%	(2.167)	-0,0%	(6.175)	(5.152)	19,9%
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(102.615)	(102.079)	0,5%	(108.325)	-5,3%	(315.452)	(300.045)	5,1%
Custos e despesas gerenciáveis	(293.226)	(291.700)	0,5%	(286.869)	2,2%	(865.923)	(852.497)	1,6%
Pessoal	(32.967)	(33.864)	-2,6%	(32.785)	0,6%	(106.106)	(100.562)	5,5%
Material e Serviços de Terceiros	(63.105)	(57.962)	8,9%	(65.257)	-3,3%	(194.117)	(179.679)	8,0%
Custo de Desativação de Bens	(35.399)	4.392	-	(3.948)	-	(48.033)	3.586	-
Depreciação e Amortização	(44.784)	(54.188)	-17,4%	(39.100)	14,5%	(131.853)	(143.220)	-7,9%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.790)	(13.613)	1,3%	(19.049)	-27,6%	(47.108)	(41.866)	12,5%
Provisão para Contingências	(530)	(17.258)	-96,9%	(13.332)	-96,0%	(26.529)	(52.817)	-49,8%
Custo de Construção (IFRIC 12)	(88.181)	(111.956)	-21,2%	(103.906)	-15,1%	(280.969)	(313.263)	-10,3%
Outras Despesas Operacionais	(14.470)	(7.251)	99,6%	(9.492)	52,4%	(31.208)	(24.676)	26,5%
EBITDA (2)	184.830	157.653	17,2%	197.215	-6,3%	604.546	562.651	7,4%
Margem EBITDA	21,47%	19,96%	1,51 p.p	21,64%	-0,17 p.p	22,69%	23,26%	-0,57 p.p
Resultado do Serviço	140.046	103.465	35,4%	158.115	-11,4%	472.693	419.431	12,7%
Resultado Financeiro	(57.021)	(71.495)	-20,2%	(58.126)	-1,9%	(177.453)	(142.280)	24,7%
Receita Financeira	23.607	13.130	79,8%	19.140	23,3%	62.929	79.005	-20,3%
Renda de Aplicação Financeira	5.139	2.702	90,2%	1.223	-	7.991	5.960	34,1%
Multas e Acréscimos Moratórios	12.522	11.274	11,1%	13.671	-8,4%	41.420	36.033	15,0%
Receita Ativo Indenizável	976	(18.582)	-105,3%	-	-	3.093	11.916	-74,0%
Outras Receitas Financeiras	4.970	17.736	-72,0%	4.246	17,1%	10.425	25.096	-58,5%
Despesas financeiras	(80.628)	(84.625)	-4,7%	(77.266)	4,4%	(240.382)	(221.285)	8,6%
Encargos de Dívidas	(32.020)	(41.232)	-22,3%	(31.350)	2,1%	(96.630)	(111.543)	-13,4%
Atualização Financeira de provisão para contingências	(18.390)	(34.127)	-46,1%	(10.735)	71,3%	(45.625)	(46.414)	-1,7%
Encargo de Fundo de Pensão	(12.498)	(5.633)	121,9%	(12.481)	0,1%	(37.496)	(16.900)	121,9%
Multas e Acréscimos Moratórios	(1.088)	(1.079)	0,8%	(9.216)	-88,2%	(11.577)	(5.215)	122,0%
Variações Monetárias	(7.996)	(2.906)	175,2%	(3.768)	112,2%	(16.201)	(9.193)	76,2%
Indenizações DIC / FIC	(2.863)	(2.977)	-3,8%	(5.031)	-43,1%	(16.364)	(19.426)	-15,8%
IOF	(839)	(2.309)	-63,7%	(631)	33,0%	(2.618)	(4.820)	-45,7%
Outras Despesas Financeiras	(4.934)	5.638	-187,5%	(4.054)	21,7%	(13.871)	(7.774)	78,4%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	83.025	31.970	159,7%	99.989	-17,0%	295.240	277.151	6,5%
Tributos (IR e CSLL)	(27.847)	(10.960)	154,1%	(38.920)	-28,5%	(104.877)	(94.592)	10,9%
Lucro Líquido do Período	55.178	21.010	162,6%	61.069	-9,6%	190.363	182.559	4,3%
Margem Líquida	6,41%	2,66%	3,75 p.p	6,70%	-0,29 p.p	7,14%	7,55%	-0,41 p.p
Lucro por Lote de Mil Ações (R\$/lote de mil ações)	0,014	0,005	161,1%	0,016	-9,6%	0,049	0,047	4,3%

(1) Variação entre 3T12 e 2T12 e (2) Variação entre 9M12 e 9M11

(2) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para abril de 2026.

A autorização para conclusão da preparação destas Informações Trimestrais (“ITR”) ocorreu em reunião de diretoria realizada em 12 de novembro de 2012.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, publicadas na imprensa oficial em 19 de abril de 2012, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e regulamentados pela CVM.

2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As informações trimestrais são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das informações trimestrais da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das informações trimestrais são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), correspondente ao IFRS 8 - *Operating segments* ("IFRS 8"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("*chief operating decision maker*"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento".

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.5.1. Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Reconhecimento de receita--Continuação

2.5.2. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.5.3. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.6.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável) e cauções.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6.1.2. Consumidores, concessionários e permissionários

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência, sendo demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas informações trimestrais.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.1. Ativo financeiro--Continuação

2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

2.6.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.3. Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.6.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumento financeiro derivativo representado por contrato de *swap*, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures. O instrumento financeiro derivativo é reconhecido ao valor justo, sendo os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente. A Nota 32 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento derivativo contratado pela Companhia.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativo indenizável (concessão)

A Companhia registrou um ativo financeiro a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este ativo financeiro se encontra classificado como “empréstimos e recebíveis” e registrado pelo valor presente do direito, sendo calculado com base no valor dos ativos em serviços pertencentes à concessão, os quais serão reversíveis no final da concessão. Este ativo é mantido ao custo amortizado e é remunerado, via tarifa, pela taxa média de remuneração do investimento, representado pelo custo de capital (WACC regulatório), estipulado pela ANEEL, sendo o valor mensalmente reconhecido no grupo de receitas operacionais, em linha com o OCPC 05.

Devido à natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor dos ativos na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

2.9. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, nº 611, de 22 de dezembro de 2009, e nº 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam, respectivamente, o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível ("CPC 04"), a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão ("OCPC 05").

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.11. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, não foi identificada necessidade de

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.12. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos

2.13.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil) no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, da base de cálculos desses tributos.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.13.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultados preparados pela Administração da Companhia.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Impostos--Continuação

2.13.2. Impostos diferidos--Continuação

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por lei.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

2.14. Taxas regulamentares

Por atuar em um setor regulado, a Companhia está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares aplicáveis à Companhia são as seguintes:

2.14.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação da ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Taxas regulamentares--Continuação

2.14.2. Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

2.14.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

2.14.4. Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.14.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Taxas regulamentares--Continuação

2.14.6. Encargo do Serviço do Sistema - ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.16. Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.17. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Distribuição de dividendos--Continuação

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

2.18. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados ("CPC 33"). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 23.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 23.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e contas correntes bancárias	11.551	9.216
Aplicações financeiras	95.988	50.272
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>107.539</u>	<u>59.488</u>

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Fundos de investimentos exclusivos	90.090	42.111
Total de fundos exclusivos	90.090	42.111
Outras aplicações financeiras		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	299	3.069
Fundo de investimento	5.599	5.092
Total de outras aplicações financeiras	5.898	8.161
Total de aplicações financeiras	95.988	50.272

As aplicações financeiras estão disponíveis para negociação, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Aplicações financeiras

	30/09/2012	31/12/2011
Fundos exclusivos		
Títulos públicos	47.346	108
Operações compromissadas	32.956	52
Outros	2.823	5
Total de aplicações financeiras	83.125	165

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5. Aplicações financeiras--Continuação

A composição total da carteira de fundos exclusivos em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 está apresentada abaixo:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	60.532	40
Cotas de fundos de investimentos	29.558	42.071
Total classificado como equivalentes de caixa	90.090	42.111
Títulos públicos	47.346	108
Operações compromissadas	32.956	52
Outros	2.823	5
Total classificado como aplicações financeiras	83.125	165
Total de aplicações financeiras	173.215	42.276

Fundos de investimentos referem-se a fundos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.

Fundos exclusivos referem-se a fundos onde os cotistas são empresas do Grupo Endesa Brasil, os quais possuem em seus portfólios títulos públicos, CDBs, operações compromissadas e outros.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Consumidores, concessionários e permissionários**a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/09/2012	31/12/2011
Circulante					
Classe de consumidores					
Residencial	111.010	90.419	48.186	249.615	203.967
Industrial	50.762	6.491	13.857	71.110	51.748
Comercial	48.850	18.291	38.075	105.216	79.980
Rural	10.355	2.600	4.022	16.977	20.337
Poder público iluminação pública	44.934	26.313	30.100	101.347	134.219
Serviço público	5.755	214	444	6.413	9.928
Revenda	6.773	-	-	6.773	4.344
Subtotal	278.439	144.328	134.684	557.451	504.523
Receita não faturada (e)	120.578	-	-	120.578	130.173
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	5.807	5.807	7.549
Encargo emergencial (c)	2.812	-	-	2.812	3.832
Outros créditos	284	-	-	284	403
Subtotal	402.113	144.328	140.491	686.932	646.480
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)				(126.521)	(110.201)
Total circulante	402.113	144.328	140.491	560.411	536.279
Não circulante					
Parcelamento de débitos (d)	79.714	-	-	79.714	74.097
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	-	-	-	(50.542)	(53.230)
Total não circulante	79.714	-	-	29.172	20.867

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

b) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	(222.221)
(Adição) reversão	(74.721)
Baixa	133.511
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(163.431)
(Adição) reversão	(50.282)
Baixa	36.650
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>(177.063)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

c) Encargo emergencial

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A Companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

d) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso.

e) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

7. Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kwh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliando a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Com o advento da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 407/2010, e, posteriormente pela Resolução Normativa nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente as distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados nos critérios das antigas Resoluções normativas ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção essa advinda da conta de desenvolvimento energético - CDE. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber em 30 de setembro de 2012 é R\$ 17.481 (R\$ 22.157 em 31 de dezembro de 2011).

8. Tributos a compensar

	30/09/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	6.997	-	16.236	-
ICMS	34.425	59.287	53.377	48.362
PIS e COFINS	8.138	26.166	28.012	25.684
Outros tributos	2.359	-	2.279	-
Total de tributos a compensar	51.919	85.453	99.904	74.046

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

8. Tributos a compensar--Continuação

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, IRRF/CSLL retidas na fonte por órgãos públicos e de pagamentos de IRPJ e CSLL por estimativa mensal.

O crédito de ICMS, registrado no ativo circulante e no ativo não circulante, no valor total de R\$ 93.712 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 101.739 em 31 de dezembro de 2011) refere-se, basicamente, à Lei Complementar nº 102/00, que determina que o crédito do ICMS, quando se referir à aquisição de bens para o ativo fixo (conforme definido pela legislação fiscal) seja compensado em 48 meses.

Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70. Adicionalmente, a Companhia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos.

9. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	30/09/2012		31/12/2011	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Bradesco Premium	Fundo de Investimento	-	-	-	19.210
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de Investimento	27.813	-	26.748	-
Bradesco	CDB	-	-	-	3.882
Itaú	CDB	-	-	-	282
Total		27.813	-	26.748	23.374

Estes depósitos correspondem a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica. Os depósitos do Itaú FI Unibanco TOP DI em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 referem-se às retenções contratuais de fornecedores de serviços e garantia de contrato de financiamento.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

10. Outros créditos

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Gastos a reembolsar - consumidores	3.397	3.583
Alienações em curso	-	3.531
Sindicato	5.658	5.658
Serviços em curso (a)	33.662	13.316
Consumidores - serviços prestados (b)	58.796	52.600
Gastos a reembolsar - iluminação pública	2.796	2.796
Convênio de arrecadação (c)	8.907	13.373
Adiantamentos a empregados	5.195	3.039
Assistência médica aposentados	5.799	5.389
Adiantamentos a fornecedores	483	92
Outros	1.763	444
Provisão para perda na realização de outros créditos (d)	(28.756)	(31.930)
Total	<u>97.700</u>	<u>71.891</u>

(a) Serviços em curso: são registrados os custos (pessoal, material e serviços) com a realização de projetos de desenvolvimento e eficiência energética.

(b) Consumidores - serviços prestados: destina-se ao registro de créditos contra terceiros pela prestação de serviços, por créditos provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.

(c) Convênio de arrecadação: representa o direito da Companhia de receber valores arrecadados por entidades conveniadas.

(d) Provisão para perda na realização de outros créditos: representa substancialmente o risco de realização de créditos pelos serviços prestados a terceiros.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

11. Tributos diferidos

A Companhia reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Ativo						
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	97.944	97.014	35.259	34.925	133.203	131.939
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51.455	48.841	18.524	17.583	69.979	66.424
Provisão para perdas de estoque	217	241	78	87	295	328
Provisão Enertrade	28.990	25.463	10.437	9.167	39.427	34.630
Outras provisões	3.933	7.043	1.415	2.536	5.348	9.579
Desreconhecimento de ativo regulatório	1.683	(14.937)	607	1	2.290	(14.936)
Benefício pós emprego	135.623	132.608	48.824	47.735	184.447	180.343
Total de tributos diferidos ativos	319.845	296.273	115.144	112.034	434.989	408.307
Passivo						
Diferenças temporárias						
Desreconhecimento de passivo regulatório	6.950	17.314	2.502	3.627	9.452	20.941
Ativo indenizável (concessão)	1.791	6.233	4.400	1.512	6.191	7.745
Total de tributos diferidos passivos	8.741	23.547	6.902	5.139	15.643	28.686

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2010	405.849	23.547
Adições ao resultado do exercício	36.798	12.478
(Reduções do resultado do exercício)	(91.897)	(7.339)
Adições de outros resultados abrangentes	57.557	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	408.307	28.686
Adições ao resultado do exercício	46.934	4.483
(Reduções do resultado do exercício)	(20.295)	(17.526)
Adições de outros resultados abrangentes	43	-
Saldo em 30 de setembro de 2012	434.989	15.643

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

11. Tributos diferidos--Continuação

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	Montante a realizar	
	30/09/2012	31/12/2011
2012	17.403	45.609
2013	44.531	35.623
2014	44.651	35.654
2015	44.281	35.480
2016 a 2018	132.011	106.534
2019 a 2021	152.112	149.407
Total	434.989	408.307

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

12. Depósitos vinculados a litígios (depósitos judiciais)

O saldo dos depósitos vinculados a litígios está segregado da seguinte forma:

	30/09/2012	31/12/2011
Trabalhistas	102.428	107.831
Cíveis	52.772	34.401
Fiscais	3.625	3.414
Total	158.825	145.646

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

13. Ativo indenizável (concessão)

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 05/96 - ANEEL, de 9 de dezembro de 1996 celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Ampla Energia e Serviços S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

13. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1) e do OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A Administração estima que a indenização do ativo financeiro da concessão será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a infraestrutura da concessão reversível, apurado com base no custo de aquisição/construção, deduzido das obrigações especiais, ainda não amortizado, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada.

Medida Provisória n° 579

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória n° 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

13. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

Medida Provisória nº 579--Continuação

A partir da publicação desta Medida Provisória, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074 de 1995 poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos.

É entendimento da Companhia que a referida Medida Provisória se aplica às concessões vincendas entre 2015 e 2017. Pelo fato de que a Companhia possui concessão vincenda em 2026, os efeitos desta medida provisória naquela data, ou possíveis alterações em seu texto, mesmo após promulgada a Lei, não podem ser estimadas ou mesmo classificadas como aplicáveis neste momento.

Caso aplicável à Companhia, alguns dos principais efeitos seriam: (i) a determinação da indenização do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados com base no Valor Novo de Reposição - VNR, adotando-se o banco de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o banco de preços homologados pela ANEEL. A Companhia adota o valor residual contábil como metodologia para cálculo do valor indenizatório e como consequência como valor para cálculo dos efeitos da adoção da Interpretação Técnica ICPC01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão; (ii) Mudança da taxa de retorno utilizada para cálculo do ativo financeiro em virtude da prorrogação da concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	416.918
Transferências do ativo intangível	129.500
Receita financeira - ativo indenizável	15.118
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	561.536
Transferências do ativo intangível	219.681
Receita financeira - ativo indenizável	3.093
Saldo em 30 de setembro de 2012	784.310
	<hr/> <hr/>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	30/09/2012			31/12/2011
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em serviço				
Direito de uso da concessão	3.855.206	(1.595.472)	(255.937)	2.003.797
Software	88.111	(76.105)	-	12.006
Em curso				
Direito de uso da concessão	500.245	-	(37.680)	462.565
Software	19.525	-	-	19.525
Total	4.463.087	(1.671.577)	(293.617)	2.497.893

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.787.813	(1.360.413)	(279.008)	2.148.392	287.115	(4.171)	282.944	2.431.336
Adições	-	-	-	-	457.220	(8.589)	448.631	448.631
Baixas	(22.434)	14.932	-	(7.502)	-	-	-	(7.502)
Amortização	-	(190.910)	13.451	(177.459)	-	-	-	(177.459)
Transferências	337.438	-	(107)	337.331	(337.438)	107	(337.331)	-
Transferências para o ativo indenizável	(129.500)	-	-	(129.500)	-	-	-	(129.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.973.317	(1.536.391)	(265.664)	2.171.262	406.897	(12.653)	394.244	2.565.506
Adições	-	-	-	-	306.361	(25.392)	280.969	280.969
Baixas	(3.807)	3.255	-	(552)	-	-	-	(552)
Amortização	-	(138.441)	10.092	(128.349)	-	-	-	(128.349)
Transferências	193.488	-	(365)	193.123	(193.488)	365	(193.123)	-
Transferências para o ativo indenizável	(219.681)	-	-	(219.681)	-	-	-	(219.681)
Saldo em 30 de setembro de 2012	3.943.317	(1.671.577)	(255.937)	2.015.803	519.770	(37.680)	482.090	2.497.893

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Intangível--Continuação

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável - concessão, conforme divulgado na Nota 13.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar em torno de 25 anos, o que corresponde ao acréscimo de 3 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção da ICPC 01 (R1) e da OCPC05.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, em 30 de setembro de 2012, na reclassificação de R\$ 158.935 da conta de ativo intangível para o ativo indenizável, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Intangível--Continuação

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas desde o 2º ciclo às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, com base em uma taxa média de 4,43%.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

Programa de universalização

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Intangível--Continuação

Programa de universalização--Continuação

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução Normativa nº 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013 como limite para que atendessem todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

15. Fornecedores

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Suprimento de energia elétrica		
Furnas Centrais Elétricas	17.643	18.185
Itaipu (Eletrobras)	38.837	34.562
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	10.717	12.348
Companhia Energética de São Paulo - Cesp	7.090	7.938
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	3.306	5.204
Encargo de uso da rede	21.568	18.570
Contrato de uso do sistema de distribuição - Light	17.431	16.461
Câmara de comercialização de energia elétrica - SPOT	13.764	13.264
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	17.325	17.190
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	3.710	3.618
Contrato de comercialização de energia em ambiente regulado - CCEAR's	45.005	32.718
Materiais e serviços	109.389	137.807
Total	305.785	317.865

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16. Obrigações fiscais

	30/09/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	1.157	-	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.337	-	-	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	20.102	-	33.434	-
Programa de integração social - PIS	4.239	-	7.133	-
Imposto sobre serviços - ISS	254	-	2.456	-
INSS s/ terceiros	4.906	-	8.103	-
Parcelamento especial (a)	7.436	2.353	7.215	7.721
Outros	234	-	2.135	-
Total	46.665	2.353	60.476	7.721

a) Parcelamento especial

Em 29 de agosto de 2003, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial - PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos no montante original de R\$ 42.489 (sendo R\$ 18.433 de principal; R\$ 21.231 de atualização pela SELIC; R\$ 2.703 de multa; e R\$ 122 de honorários advocatícios), em 120 meses. Esses débitos são oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Companhia no período de outubro de 1996 a julho de 2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Companhia quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. O saldo remanescente dessa dívida em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 7.893 (R\$ 12.657 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16. Obrigações fiscais--Continuaçãoa) Parcelamento especial--Continuação

Em 29 de abril de 2010, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais, denominado REFERJ, instituído pela Lei Estadual nº 5.647/2010. Por meio desse programa a Companhia optou pelo parcelamento de débitos de ICMS que estavam vencidos até 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 2.974, sendo R\$ 2.605 de ICMS e R\$ 369 de Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECPS). A esses valores foi somado o montante de R\$ 179 a título de mora. Esse parcelamento terá o prazo de 60 meses, com início em junho de 2010 e término em maio de 2015. O saldo remanescente dessa dívida em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 1.896 (R\$ 2.279 em 31 de dezembro de 2011).

A movimentação dos saldos do parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	30/09/2012			31/12/2011		
	REFIS	REFERJ	Total	REFIS	REFERJ	Total
Saldo inicial	12.657	2.279	14.936	18.578	2.890	21.468
(-) Pagamentos	(4.987)	(486)	(5.473)	(12.600)	(1.152)	(13.752)
(+) Atualização	223	103	326	6.679	541	7.220
Saldo final	7.893	1.896	9.789	12.657	2.279	14.936
Circulante	6.725	711	7.436	6.548	667	7.215
Não circulante	1.168	1.185	2.353	6.109	1.612	7.721
Total do passivo	7.893	1.896	9.789	12.657	2.279	14.936

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

	30/09/2012			31/12/2011		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
BNDES (Finame) (a)	7	2.214	2.437	12	2.214	4.098
BNDES (Capex) (b)	-	-	-	153	32.449	-
BNDES (Capex 2011) (c)	268	10.210	78.495	161	3.496	59.159
BNDES (Capex 2011) (c)	331	19.324	91.677	313	8.229	90.443
BNDES (Capex 2011) (c)	368	19.324	91.677	346	8.229	90.443
Eletrobras (d)	104	3.185	17.539	4	2.940	19.745
Eletrobras (e)	34	-	5.752	1	-	5.752
Bradesco S.A. 3º contrato (f)	77	2.670	-	41	5.340	-
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (f)	393	20.000	-	3.260	40.000	20.000
Banco Alfa S.A. (f)	-	-	-	2.951	50.000	-
União dos Bancos Brasileiros S.A. (f)	100	2.660	-	94	5.320	-
HSBC Bank Brasil S.A. 1º Contrato (f)	836	30.000	-	127	15.000	-
HSBC Bank Brasil S.A. 2º Contrato (f)	211	7.500	-	506	60.000	-
Banco do Brasil S.A. (f)	8.443	-	100.000	992	-	100.000
Banco Itaú S.A. (f)	75	3.338	-	6	6.675	-
Total de empréstimos e financiamentos	11.247	120.425	387.577	8.967	239.892	389.640

	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
BNDES (Finame) (a)	20/08/2009	15/01/2015	Mensal	Fiança bancária	4,50%
BNDES (Capex) (b)	03/11/2006	15/06/2012	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 5,20%
BNDES (Capex 2011) (c)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,70%
BNDES (Capex 2011) (c)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2011) (c)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 4,10%
Eletrobras (d)	01/06/2004	30/05/2021	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,00%
Eletrobras (e)	21/05/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e nota promissória	7,00%
Bradesco S.A. 3º contrato (f)	28/12/2007	03/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (f)	01/02/2008	07/01/2013	Semestral	-	CDI + 1,05%
Banco Alfa S.A. (f)	10/01/2007	30/07/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,95%
União dos Bancos Brasileiros S.A. (f)	26/11/2007	30/10/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
HSBC Bank Brasil S.A. 1º Contrato (f)	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,95%
HSBC Bank Brasil S.A. 2º Contrato (f)	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota promissória	CDI + 0,85%
Banco do Brasil S.A. (f)	04/12/2007	30/10/2013	Bullet	Nota promissória	CDI + 0,97%
Banco Itaú S.A. (f)	28/07/2007	28/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,13%

- a) BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao Banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.
- b) BNDES Capex: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 301.425, para o plano de investimento da Companhia no período de 2006/2008, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- c) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 331.397, para o plano de investimento da Companhia no período de 2010/2011, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES.
- d) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- e) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- f) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia.

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 30 de setembro de 2012:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida financeira líquida/(PL + dívida financeira líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA/despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	30/09/2012	31/12/2011
2013	113.790	165.352
2014	54.832	45.885
2015	52.948	44.000
2016	52.819	43.871
2017	52.431	43.483
Após 2017	60.757	47.049
Total	387.577	389.640

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Variação dos indexadores da dívida em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011:

Indexador	30/09/2012	31/12/2011
IPCA	3,77%	6,50%

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

IGP-M	7,09%	5,10%
TJLP	4,34%	6,00%
CDI	6,59%	11,64%
Selic	6,66%	11,62%

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	247.319	355.834	603.153
Captações	70.000	273.850	343.850
Encargos provisionados	68.587	-	68.587
Encargos pagos	(71.214)	-	(71.214)
Transferências	240.044	(240.044)	-
Amortizações	(305.877)	-	(305.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	248.859	389.640	638.499
Captações	-	62.410	62.410
Encargos provisionados	39.319	-	39.319
Encargos pagos	(37.038)	-	(37.038)
Transferências	64.473	(64.473)	-
Amortizações	(183.941)	-	(183.941)
Saldos em 30 de setembro de 2012	131.672	387.577	519.249

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Debêntures

	30/09/2012			31/12/2011		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
1ª série - 4ª emissão	-	-	-	9.384	185.000	-
1ª série - 5ª emissão	2.963	115.330	-	576	115.330	-
2ª série - 5ª emissão	10.300	-	157.674	530	-	152.100
1ª série - 6ª emissão	3.041	-	117.000	590	-	117.000
2ª série - 6ª emissão	4.388	-	194.342	7.911	-	187.464
1ª série - 7ª emissão	2.552	-	100.000	-	-	-
2ª série - 7ª emissão	5.237	-	303.455	-	-	-
(-) Custo de transação	-	(1.254)	(4.604)	-	(932)	(1.880)
Total sem efeito de swap	28.481	114.076	867.867	18.991	299.398	454.684
Resultado de operações de swap	-	104	23	-	-	-
Total das debêntures	28.481	114.180	867.890	18.991	299.398	454.684

Mutação de debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Sadlo em 31 de dezembro de 2010	202.779	442.020	644.799
Captação	-	300.000	300.000
Amortizações	(185.000)	-	(185.000)
Encargos provisionados	78.536	-	78.536
Encargos pagos	(77.982)	-	(77.982)
Variação monetária	-	13.691	13.691
Transferências	300.330	(300.330)	-
Custo de transação amortizado	(274)	(697)	(971)
Sadlo em 31 de dezembro de 2011	318.389	454.684	773.073
Captação	-	400.000	400.000
Amortizações	(185.000)	-	(185.000)
Encargos provisionados	57.311	-	57.311
Encargos pagos	(47.822)	-	(47.822)
Variação monetária	-	15.907	15.907
Transferências	-	-	-
Custo de transação amortizado	(321)	(2.724)	(3.045)
Resultado de swap	104	23	127
Sadlo em 30 de setembro de 2012	142.661	867.890	1.010.551

Características das emissões:

Série	4ª emissão Série única
Convertibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10
Data de emissão	01 de agosto de 2006
Vencimento inicial	01 de agosto de 2011
Vencimento final	01 de agosto de 2012
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,85% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures
Data de amortização	2011 e 2012

18. Debêntures--Continuação

Série	5ª emissão 1ª série	5ª emissão 2ª série
-------	------------------------	------------------------

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2013
Vencimento final	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 8,30% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Parcela única na data do vencimento	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2012	2013, 2014 e 2015
	6ª emissão	6ª emissão
Série	1ª série	2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,20% a.a.	IPCA + 7,90% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Debêntures--Continuação

Série	7ª emissão 1ª série	7ª emissão 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,02% a.a.	IPCA + 6,00% a.a.
Exibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019

4ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Companhia, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

5ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Debêntures--Continuação

6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

7ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da Companhia. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, quais sejam:

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Limite
4ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,90
4ª emissão	Dívida líquida de CP/EBITDA (máximo)	1,50
4ª emissão	EBITDA/Despesas Financeiras líquidas (mínimo)	2,30
5ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
5ª emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
6ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
6ª emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
7ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
7ª emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Debêntures--Continuação

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2013	2014	2015	2016	Após 2016	Total
2ª série - 5ª emissão	52.558	52.558	52.558	-	-	157.674
1ª série - 6ª emissão	-	-	58.500	58.500	-	117.000
2ª série - 6ª emissão	-	-	-	64.781	129.561	194.342
1ª série - 7ª emissão	-	-	-	50.000	50.000	100.000
2ª série - 7ª emissão	-	-	-	-	303.455	303.455
(-) Custo de transação	(270)	(1.085)	(1.042)	(835)	(1.372)	(4.604)
Total a amortizar	52.288	51.473	110.016	172.446	481.644	867.867

19. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, montantes dos saldos, natureza das transações e efeitos nas informações trimestrais estão demonstrados a seguir:

	30/09/2012				31/12/2011			30/09/2011
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)
Energis Agência (a) Diversos	235	2	99	-	235	2	99	(2.103)
Endesa Brasil S.A. (b) Conta corrente	-	-	-	-	424	-	-	-
Fundação Brasiletros (c) Fundo de Pensão	-	-	541.301	(37.552)	-	-	529.230	(19.609)
CIEN - Companhia de Interconexão Energia (d) Compra de energia	-	479	-	(2.967)	-	433	-	(1.723)
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (e) Compra de energia	-	587	-	(3.673)	-	618	-	(4.052)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A. (f) Compra de energia	-	-	-	-	-	-	-	(31.659)
Outras	-	-	-	-	-	226	-	-
Total de transações com partes relacionadas	235	1.068	541.400	(44.192)	659	1.279	529.329	(59.146)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	(541.301)	-	-	-	(529.230)	-
Total	235	1.068	99	(44.192)	659	1.279	99	(59.146)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Partes relacionadas--Continuação

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Energis Agência

A Companhia possui um contas a pagar com a empresa Energis Agência no valor de R\$ 101 (R\$ 101 em 31 de dezembro de 2011), referente a compra de software.

b) Endesa Brasil S.A.

O montante de R\$ 424 em aberto em 31 de dezembro de 2011 representava contas a receber da Companhia com sua controladora referente a pagamentos de diversos gastos administrativos e foi liquidada no 3º trimestre de 2012.

c) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A Companhia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a Companhia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária indicada pela BRASILETROS.

O total de despesas no trimestre findo em 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 37.552 (R\$ 19.609 em 30 de setembro de 2011).

d) Companhia de Interconexão Energética (CIEN)

As Portarias Interministeriais nº 210 e 211, de 04/04/2011, equipararam como Transmissora a CIEN e homologaram a sua RAP (Receita Anual Permitida), a partir da celebração do contrato de prestação de serviço de transmissão (CPST) com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

19. Partes relacionadas--Continuação

d) Companhia de Interconexão Energética (CIEN)--Continuação

A Companhia incorreu em despesas com a Rede Básica junto à CIEN no montante de R\$ 2.967 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 (1.723 em 30 de setembro de 2011). Em 30 de setembro de 2012, o saldo do passivo era de R\$ 479 (R\$ 433 em 31 de dezembro de 2011).

e) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (CDSA)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A Companhia participou do 2º leilão para compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes ("2º LEILÃO"), em 02/04/2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão nº 1/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15/03/2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30/09/2004, da Resolução Normativa ANEEL nº147, de 23/02/2005.

Esse leilão resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica entre as partes, com vigência até dia 31/12/2015 e energia contratada de 4,039 MWMédios.

Esse contrato totalizou um montante de R\$ 3.673 como custo de energia comprada no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 (R\$ 4.052 em 30 de setembro de 2011) e o correspondente passivo de R\$ 587 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 618 em 31 de dezembro de 2011).

f) Enertrade Comercializadora de Energia S.A.

As operações com a Enertrade - Comercializadora de Energia S.A. referem-se à compra e venda de energia elétrica através do contrato 001/2002 vigente até 30/12/2022. Em 4 de outubro de 2011, a Endesa Latinoamérica S.A. ("Endesa Latam") consumou com a EDP - Energias de Portugal S.A. ("EDP"), controladora da Enertrade - Comercializadora de Energia S.A., a operação de compra e venda de ações, por meio da qual a Endesa Latam adquiriu 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Partes relacionadas--Continuação

EN Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil)

A Companhia mantém contrato com a Prátil para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, efetuando o repasse após a arrecadação. O contrato é datado de 17 de dezembro de 2009 e seu prazo de vigência é de 04 (quatro) anos contados a partir da data de sua aprovação pela ANEEL.

Em caso de inadimplemento pela Companhia, a Prátil poderá notificá-la para no prazo de 5 (cinco) dias úteis satisfazer plenamente a obrigação descumprida, sob pena de multa não compensatória no valor de 50% (cinquenta por cento) da média mensal de todo valor arrecadado pela Prátil em razão do contrato, sem prejuízo do pagamento de eventuais perdas e danos a que der causa a título de indenização suplementar.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não havia saldo a pagar.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 3.827 (R\$ 3.738 em 30 de setembro de 2011).

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Benefícios de curto prazo	3.747	3.628
Benefícios pós-emprego	80	110
Total	<u>3.827</u>	<u>3.738</u>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Taxas regulamentares

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	30/09/2012	31/12/2011	
	Circulante	Circulante	Não circulante
Conta de consumo de combustível - CCC	5.377	11.183	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8.861	7.937	-
Reserva global de reversão - RGR	18.321	14.123	-
Encargo de energia reserva - EER	3.359	1.376	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	26.711	15.363	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	15.557	8.116	2.266
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(344)	(301)	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(171)	(150)	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	101	101	-
Encargos ex-isolados	1.577	1.234	-
Total	79.349	58.982	2.266

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça de série, lote pioneiro e inserção no mercado).

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

20. Taxas regulamentares--Continuação

Medida Provisória nº 579

A Medida Provisória nº 579 que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, trará efeitos na redução dos encargos setoriais, extinguindo a arrecadação da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e da RGR (Reserva Global de

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Reversão), bem como reduzindo a arrecadação da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) a 25% de seu valor original.

Com o intuito de contemplar estas reduções nas tarifas já no início de 2013, a ANEEL realizará Revisões Tarifárias Extraordinárias em fevereiro daquele ano, tendo como efeito imediato uma redução de receita e despesa no mesmo montante, não afetando o resultado da Companhia.

21. Energia livre

	30/09/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Passivos						
Energia livre	26.168	4.152	30.320	24.331	3.892	28.223
Total de passivos	26.168	4.152	30.320	24.331	3.892	28.223

Energia livre

A Resolução ANEEL nº 387/2009 estabeleceu a metodologia de cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento. Através da Resolução, a ANEEL alterou a metodologia que foi aplicada durante todo o período pós-acionamento. Com a publicação do Despacho ANEEL/SFF nº 1.068/2011, foram fixados os montantes finais do Repasse de Energia Livre, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, ambas signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, bem como os montantes finais a serem devolvidos aos consumidores finais, nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução Normativa nº 387/2009.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

22. Outras obrigações

	30/09/2012	31/12/2011
Arrecadação de terceiros	2.526	5.326
Fundo de pensão	2.475	2.211
Empréstimos compulsórios	326	326
Bônus Itaipu	445	109
Uso mútuo de postes	3.581	-
Multas parceladas	7.063	3.141
Outros	2.766	1.315
Total	19.182	12.428
Circulante	18.600	12.403
Não circulante	582	25

23. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Ampla, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$ 541.301 (R\$ 529.230 em 31 de dezembro de 2011), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Companhia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$ 118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Ampla tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

Despesa total reconhecida no resultado:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Custo do serviço corrente	55	2.709
Custo dos juros	80.725	73.494
Retorno esperado dos ativos do plano	(43.229)	(56.594)
Total de despesas	<u>37.551</u>	<u>19.609</u>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)--Continuação

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais premissas atuariais	Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	Plano de Assistência Médica
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	10,50%	10,50%	10,50%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	11,10%	11,10%	N/A
Taxa do crescimento salarial	6,59%	6,59%	N/A
Taxa de inflação esperada	4,5%	4,5%	4,5%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,5%	4,5%	N/A
Tábua geral de mortalidade (q _x)	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica
Tábua de mortalidade de inválidos	q _x da AT-49 (+6)	q _x da AT-49	N/A

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões em 30 de setembro de 2012:

	31/12/2010	31/12/2011			30/09/2012				
	Saldo acumulado	Adições/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo acumulado	Adições/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhistas (a)	184.482	(23.251)	12.583	(20.220)	153.594	806	7.172	(5.186)	156.386
Cíveis (b)	317.316	52.844	36.090	(83.801)	322.449	21.203	36.568	(48.269)	331.951
Fiscais (c)	32.045	(7.506)	7.010	(10.222)	21.327	4.520	1.885	(724)	27.008
Total	533.843	22.087	55.683	(114.243)	497.370	26.529	45.625	(54.179)	515.345

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações trabalhistas de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

Os principais riscos contabilizados referem-se aos seguintes temas:

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

a) Riscos trabalhistas--Continuação

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

- ▶ URP (Unidade de Reposição de Preço) - Referente a perdas salariais ocorridas à época do plano econômico do Governo Federal, no montante de R\$ 52.665 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 50.171 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Reintegração ao emprego, no montante de R\$ 5.080 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 4.838 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Vínculo empregatício, no montante de R\$ 7.746 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 6.841 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Horas extras, no montante de R\$ 3.736 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 3.099 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Acidente de trabalho, no montante de R\$ 931 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 804 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Diferenças salariais, no montante de R\$ 3.849 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 3.582 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Adicional de periculosidade, no montante de R\$ 3.384 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 3.262 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Diferença de FGTS, no montante de R\$ 1.108 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 1.057 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Enquadramento, no montante de R\$ 1.966 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 1.873 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Ticket-refeição, no montante de R\$ 2.654 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 2.528 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Plano de desligamento Incentivado, no montante de R\$ 1.651 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 1.573 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Verbas rescisórias, no montante de R\$ 1.701 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 1.127 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Danos morais, no montante de R\$ 899 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 851 em 31 de dezembro de 2011);
- ▶ Abono salarial, no montante de R\$ 574 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 547 em 31 de dezembro de 2011).
- ▶ Previdenciário - Referente às contribuições previdenciárias de trabalhadores temporários, através das empresas fornecedoras de mão de obra e ao não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salário pago aos "patrulheiros", no montante de R\$ 12.993 em dezembro de 2011 e sem alteração em setembro de 2012.

Os demais processos que compõem o saldo da provisão em 30 de setembro de 2012 têm como objeto os mesmos temas citados acima e outros, todos de baixo valor reclamado.

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Provisões com risco provável--Continuação

b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações,

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais aos quais a Companhia está exposta são:

ICMS - Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 30 de setembro de 2012 de R\$ 9.157 (R\$ 8.361 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia apresentou defesa (embargos à execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Provisões com risco provável--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Créditos fiscais indevidos

A Ampla recebeu dois autos de infração por não ter efetuado os estornos proporcionais de parte dos créditos que apropriou decorrente das entradas de mercadorias destinadas ao seu ativo permanente, como decorrência de ter efetivado fornecimento (saída) de energia elétrica isento ou não tributável, para a CENF (Nova Friburgo) e ELEKTRO (São Paulo). Os mencionados autos referem-se aos períodos de novembro de 1996 a outubro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999 e possuem o valor atualizado em 30 de setembro de 2012 de R\$ 1.143 e R\$ 504 (R\$ 1.059 e R\$ 467 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente. A Ampla decidiu aderir à anistia prevista pela Lei 6.136/2011 e iniciou o pagamento do crédito tributário de forma parcelada em 18 vezes. A Administração optou por registrar uma provisão cujo o valor atualizado em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 1.648 (R\$ 1.221 em 31 de dezembro de 2011).

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia possui um Auto de Infração lavrado pelo Estado para cobrar débitos relativos ao período de dezembro/96 a novembro/98, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A administração decidiu, após diligência realizada em 2012, constituir provisão equivalente a 40% da autuação fiscal, isto é, no valor atualizado em 30 de setembro de 2012 de R\$ 4.585 (valor total do auto de R\$ 11.462).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

As principais contingências possíveis são:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Trabalhistas (a)	346.854	133.392
Cíveis (b)	458.447	346.739
Fiscais (c)	1.490.957	1.358.636
Pequenas causas (d)	149.598	156.754
Total	<u>2.445.856</u>	<u>1.995.521</u>

a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, dentre outras.

b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Ampla em 1998. Em decisão de 2ª instância a Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda, o qual aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 810.791 (R\$ 783.201 em 31 de dezembro de 2011).

COFINS - Auto de infração período pós imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Companhia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à não tributação da receita de venda de energia no período de final de dezembro a março de 2002, correspondente ao prazo de 90 dias para aplicação de norma que altere contribuição social, previsto na Constituição Federal. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24/08/2009 foi apresentado pela Companhia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do recurso especial apresentado. O agravo foi julgado contra a Companhia e em 05/05/2010, A Companhia foi notificada dessa decisão. Em 05/07/2010, a Companhia foi intimada para apresentar os valores que representam os ingressos financeiros e, em 26/07/2010, apresentou resposta à intimação. Aguarda-se julgamento do recurso especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 177.692 (R\$ 172.681 em 31 de dezembro de 2011).

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Prazo de recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02,

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia apresentou recurso. Em 26/08/2010, recebida intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a Ampla o recurso administrativo apresentado. Em 01/09/2010 a Ampla apresentou recurso ao Conselho Pleno que foi julgado em 09/05/2012 de forma desfavorável a Companhia. Em 30/08/12, Ampla tomou ciência da decisão do Conselho Pleno e apresentou recurso ao Secretário de Fazenda que aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 208.667 (R\$ 188.256 em 31 de dezembro de 2011).

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia possui quatro Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro de 1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999, julho de 1997 a outubro de 1998 e janeiro de 2007 a dezembro de 2011, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e/ou sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Para os dois primeiros autos de infração a Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa, para o terceiro aguarda inscrição em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro para prosseguir com a discussão na esfera judicial e em relação ao quarto auto, a Companhia apresentou sua impugnação em setembro/2012 e aguarda julgamento. Os valores atualizados em 30 de setembro de 2012 representam respectivamente R\$ 6.877 (valor total do auto R\$ 11.462), R\$ 1.759, R\$ 22.124 e R\$ 46.690 (R\$ 10.439, R\$ 1.605 e R\$ 20.336 em 31 de dezembro de 2011). Em relação ao primeiro auto de infração, a administração, baseada na opinião legal dos advogados externos, decidiu constituir provisão no valor atualizado em 30 de setembro de 2012, de R\$ 4.585 equivalente a 40% da autuação por entender que a probabilidade de perda deste percentual é provável, conforme informação constante dos riscos prováveis.

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado--Continuação

Adicionalmente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de nov/98 a mar/99 lavrado sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 30 de setembro de 2012 de R\$ 15.790 (R\$ 14.422 em 31 de dezembro de 2011). Em 22/08/2011 proferida a sentença de primeira instância que julgou improcedente o pedido feito por Ampla. Aguarda-se julgamento de segunda instância judicial.

ICMS - Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Companhia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes. O

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 16.076 (R\$ 14.636 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Saída de bens para reparação

A Companhia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 30 de setembro de 2012 de R\$ 11.668 e R\$ 12.665 (R\$ 10.652 e R\$ 11.550 em 31 de dezembro de 2011), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. No primeiro processo: em 09/12/2010, foi publicada sentença que julgou improcedente os embargos à execução fiscal. Em 14/12/2010, a Ampla opôs embargos de declaração. Em 12/05/2011, foi proferida decisão que julgou improcedentes os embargos de declaração. Em 30/05/2011, foi interposto recurso de apelação contra sentença proferida. Em relação à segunda anulatória: Em 07/06/2011, foi publicada sentença que julgou improcedentes os embargos à execução. Em 13/06/2011, a AMPLA opôs embargos de declaração que foram julgados e rejeitados em dez/2011. A Companhia apresentou recurso de apelação em 10/02/2012 para o qual aguarda julgamento.

ICMS - Comparação entre informes gerenciais e livros fiscais

A Companhia ajuizou ação anulatória para desconstituir auto de infração para cobrar supostos débitos de ICMS no período de dez/2000 a out/2001 decorrentes de diferenças verificadas após a comparação entre os informes gerenciais e os livros fiscais. Após a realização da perícia contábil, aguarda-se decisão de primeira instância. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 4.549 (nulo em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Cancelamentos de meses anteriores

A Companhia recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes de diferenças verificadas entre o Livro de saída do ICMS e o Convênio 30. Tais diferenças decorrem de equívoco no preenchimento do Livro de saída em relação às faturas canceladas dentro do próprio mês ou em meses anteriores. A Ampla apresentou sua impugnação em setembro/2012, sob o argumento de que o equívoco não ocasionou recolhimento a menor de imposto, e aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 23.607 (nulo de 31 de dezembro de 2011).

ICMS e ICMS-FECP - Isentos e não tributáveis

A Companhia recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes da não tributação de clientes que não deveriam, de acordo com a fiscalização, estar classificados como isentos ou não tributáveis. A grande maioria das faturas que supostamente estavam sem o ICMS já tinham sido tributadas em meses anteriores, pois eram refaturamentos de meses anteriores. A Ampla apresentou sua impugnação em setembro/2012 e aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 5.670 (nulo em 31 de dezembro de 2011).

ICMS - Cumprimento de decisão judicial

A Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro vem lavrando notas de lançamento com o objetivo de impedir a decadência do seu direito de constituir créditos de ICMS e ICMS-FECP referentes a valores que, por decisão judicial, a Ampla foi obrigada a deixar de incluir nas faturas dos clientes e conseqüentemente de recolher ao Estado. As decisões judiciais foram concedidas em processos em que litigam o Estado do Rio de Janeiro e determinados clientes da Companhia acerca da ilegalidade da incidência do ICMS sobre o valor da demanda contratada ou da alíquota de ICMS aplicável. Em 30 de setembro de 2012, o valor atualizado envolvido nessas 169 notas de lançamento é de R\$ 31.149 (R\$ 15.156 em 31 de dezembro de 2011) e a Companhia aguarda, na maioria dos casos, decisão de primeira instância administrativa.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

Taxa de uso de solo

A Companhia possui 7 processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 30 de setembro de 2012 de R\$ 73.159 (R\$ 69.918 em 31 de dezembro de 2011). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em cinco Execuções Fiscais. A Execução Fiscal proposta pelo Município de Itaboraí referente aos anos de 2003 a 2009 teve decisão de primeira instância favorável à Ampla publicada em setembro de 2011 que aguarda julgamento do reexame necessário. O restante das Execuções Fiscais propostas pelo município de Rio das Ostras aguarda decisão de 1ª instância judicial. A Execução Fiscal proposta pelo Município de Niterói referente ao ano de 2009 no valor de R\$ 4.800 foi publicada decisão que determinou a devolução do prazo ao Município de Niterói para interposição de recurso. Em 27/07/2012, o Município apresentou agravo. Em 10/09/2012 foi publicado acórdão negando provimento ao agravo e em 19/09/2012 foram opostos embargos de declaração pelo Município. Aguarda-se julgamento.

Imposto Sobre Serviços - ISS

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a Companhia o auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 30 de setembro de 2012 de R\$ 9.448 (R\$ 9.153 em 31 de dezembro de 2011), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

Em 02 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Companhia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 30 de setembro de 2012 de R\$ 1.503 (R\$ 1.422 em 31 de dezembro de 2011), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a Ampla apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Taxa de empacramento

Em 01 de junho de 2009, Ampla ajuizou em face do Município de Niterói, Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de taxa de empacramento e exigência de licença municipal prévia para que a Companhia possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor estimado em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 6.250 (R\$ 6.250 em 31 de dezembro de 2011). Em maio de 2010, a Ampla apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial.

A companhia, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$ 4.823 (R\$ 28.959 em 31 de dezembro de 2011).

Ativo contingente

A Companhia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como requereu a restituição dos valores pagos em razão desta majoração. O valor atualizado deste processo em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 115.261 (R\$ 106.810 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia obteve decisão favorável de primeira e segunda instância judicial. Em 16 de junho de 2011, a União apresentou Recurso Extraordinário que aguarda exame de admissibilidade.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

d) Pequenas causas

Os principais processos no Juizado Especial Cível são relacionados aos seguintes objetos: interrupção e oscilação temporária de energia, furto de energia, corte, aumento no valor da conta, produtos (seguros), ressarcimento de aparelhos queimados e Serasa.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal, representadas por 3.922.515.918.446 ações ordinárias em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro 2011, conforme composição acionária abaixo.

Acionista	30/09/2012		31/12/2011	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Endesa Brasil S.A.	1.839.121.933.344	46,90	1.839.121.933.344	46,90
Chilectra Inversud S.A.	824.607.526.461	21,02	824.607.526.461	21,02
Enersis S.A.	536.591.907.868	13,68	536.591.907.868	13,68
Chilectra S.A.	405.768.824.339	10,34	405.768.824.339	10,34
Endesa Latinoamerica S.A.	302.186.887.655	7,70	302.176.533.045	7,70
Outros	14.238.838.779	0,36	14.249.193.389	0,36
Total de ações em circulação	3.922.515.918.446	100,00	3.922.515.918.446	100,00

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

26. Lucro por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Lucro líquido	190.363	182.559
Número de ações	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446
Lucro por ação - básico (reais por milhares de ações)	0,04853	0,04654

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 3.922.515.918.446 (três trilhões, novecentos e vinte e dois bilhões, quinhentos e quinze milhões, novecentos e dezoito mil e quatrocentos e quarenta e seis) ações ordinárias.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

27. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	(Não auditado)		(Não auditado)			
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Fornecimento faturado						
Residencial	2.160.132	2.109.596	3.230.476	3.091.302	1.800.190	1.556.923
Industrial	4.719	4.810	795.937	1.030.903	340.731	359.417
Comércio, serviços e outras	147.261	146.414	1.539.244	1.452.481	831.968	791.160
Rural	62.818	61.315	175.869	166.506	51.646	47.090
Poder público	13.413	12.737	354.328	335.335	189.252	179.831
Iluminação pública	1.423	1.360	369.718	357.430	111.653	102.137
Serviços públicos	1.305	1.212	233.889	220.103	66.659	60.400
	2.391.071	2.337.444	6.699.461	6.654.060	3.392.099	3.096.958
Fornecimento não faturado					(9.595)	(52.530)
Consumidores, concessionários e permissionários					3.382.504	3.044.428
Suprimento de energia elétrica	13	14	312.860	301.786	28.586	26.090
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	9.828	8.323
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	53.940	62.300
Disponibilidade da rede elétrica	-	-	-	-	187.503	180.591
Receita de construção	-	-	-	-	280.969	313.263
Outras receitas	-	-	-	-	46.596	47.182
Receita operacional bruta					3.989.926	3.682.177
(-) Deduções da receita						
ICMS	-	-	-	-	(875.289)	(818.413)
PIS	-	-	-	-	(38.156)	(36.787)
COFINS	-	-	-	-	(175.749)	(168.632)
ISS	-	-	-	-	(1.931)	(1.726)
Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(51.995)	(42.951)
Subvenções CCC/CDE	-	-	-	-	(151.553)	(167.672)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(23.353)	(20.475)
Encargo ex-isolados	-	-	-	-	(7.191)	(6.310)
Total de deduções de receita					(1.325.217)	(1.262.966)
Total	2.391.084	2.337.458	7.012.321	6.955.846	2.664.709	2.419.211

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

28. Compra e venda de energia na CCEE

Nos nove primeiros meses de 2012, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

Compra	Mwh		R\$	
	(Não auditado)			
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Compra de energia	31.605	64.481	36.370	9.997
	31.605	64.481	36.370	9.997

Venda	Mwh		R\$	
	(Não auditado)			
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Venda de energia	190.965	417.570	8.636	8.323
Ajustes financeiros	-	-	1.192	-
	190.965	417.570	9.828	8.323

29. Custos e despesas operacionais

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	30/09/2012			Total	30/09/2011
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	(63.333)	-	(42.773)	(106.106)	(100.562)
Material	(6.055)	(4.440)	(355)	(10.850)	(10.125)
Serviços de terceiros	(144.313)	(2.462)	(36.492)	(183.267)	(169.554)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.004.466)	-	-	(1.004.466)	(842.086)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(287.712)	-	-	(287.712)	(253.668)
Encargos de serviços do sistema	(27.740)	-	-	(27.740)	(46.377)
Custos na desativação de bens	(36.669)	-	(11.364)	(48.033)	3.586
Depreciação e amortização	(126.976)	-	(4.877)	(131.853)	(143.220)
PCLD clientes - líquidas	-	(47.108)	-	(47.108)	(41.866)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(26.529)	(26.529)	(52.817)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(6.175)	-	-	(6.175)	(5.152)
Custo de construção	(280.969)	-	-	(280.969)	(313.263)
Outros custos operacionais	(13.195)	-	(18.013)	(31.208)	(24.676)
Total	(1.997.603)	(54.010)	(140.403)	(2.192.016)	(1.999.780)

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

29. Custos e despesas operacionais--Continuação

<u>Despesa de pessoal</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Remuneração	(60.661)	(55.882)
Encargos sociais	(26.828)	(23.035)
Provisão de férias e 13º salário	(8.577)	(7.705)
Plano de saúde	(9.991)	(7.156)
Previdência privada	(957)	(4.430)
Auxílio-alimentação e outros benefícios	(6.699)	(6.943)
Participação nos resultados	(9.344)	(5.595)
Outros	(4.037)	(6.646)
(-) Transferências para intangível em curso	20.988	16.830
Total	(106.106)	(100.562)

A composição dos custos com energia elétrica é como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Energia elétrica comprada para revenda		
Itaipu Binacional	(175.245)	(141.564)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	(22.518)	(31.869)
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	(36.370)	(9.997)
CCEAR's - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(553.116)	(405.202)
Proinfa	(39.142)	(31.126)
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficitos	(158.247)	(150.650)
Outros	(19.828)	(71.678)
Subtotal	(1.004.466)	(842.086)
Encargos de uso do sistema de transmissão		
Rede básica	(136.291)	(121.591)
Contratos de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(119.238)	(102.060)
Encargos de conexão	(17.999)	(16.766)
Outros encargos	(14.184)	(13.251)
Subtotal	(287.712)	(253.668)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

30. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	7.991	5.960
Multas e acréscimos moratórios	41.420	36.033
Transações com partes relacionadas	-	14.122
Variações monetárias diversas	5.100	2.828
Receita de ativo indenizável	3.093	11.916
Outras receitas financeiras, líquida	5.325	8.146
Total	<u>62.929</u>	<u>79.005</u>
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(39.319)	(52.498)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(45.625)	(46.414)
Encargo de fundo de pensão	(37.496)	(16.900)
Multas e acréscimos moratórios	(11.577)	(5.215)
Variações monetárias debentures	(15.907)	(8.666)
Variações monetárias diversas	(294)	(527)
Juros debentures	(57.311)	(59.045)
Custo de transação debentures	(1.428)	(997)
Indenizações DIC / FIC	(16.364)	(19.426)
Juros Selic s/ P&D	(654)	(2.432)
IOF	(2.618)	(4.820)
Outras despesas financeiras, líquida	(11.789)	(4.345)
Total	<u>(240.382)</u>	<u>(221.285)</u>
Resultado financeiro	<u>(177.453)</u>	<u>(142.280)</u>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

31. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

Descrição	30/09/2012	%	30/09/2011	%
Lucro antes do IRPJ e CSLL	295.240	100%	277.151	100%
Alíquota nominal	100.382	34%	94.231	34%
Adições permanentes				
Participações nos lucros (administradores)	553	0,55%	618	0,66%
Doações	115	0,11%	202	0,21%
Benefícios indiretos	23	0,02%	107	0,11%
Depreciação Lei n° 8.200	147	0,15%	155	0,16%
Perdas	2.113	2,11%	-	0,00%
Multas indedutíveis	2.750	2,74%	72	0,08%
	<u>5.701</u>		<u>1.154</u>	
Deduções permanentes				
Incentivo fiscal do PAT	(1.188)	(1,18%)	(775)	(0,82%)
Adicional do IRPJ	(18)	(0,02%)	(18)	(0,02%)
	<u>(1.206)</u>		<u>(793)</u>	
IRPJ/CSLL diferidos no resultado (despesa)	(39.682)	(13,44%)	30.968	11,17%
IRPJ/CSLL corrente no resultado (despesa)	144.559	48,96%	63.624	22,96%
	<u>104.877</u>	<u>35,52%</u>	<u>94.592</u>	<u>34,13%</u>

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 65 municípios do estado do Rio de Janeiro e um município em Minas Gerais. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

c) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos “*covenants*” financeiros.

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no final do trimestre findo em 30 de setembro de 2012 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida	1.529.800	1.411.572
Caixa e equivalente de caixa + aplicação financeira	(190.664)	(59.653)
Dívida Líquida (a)	<u>1.339.136</u>	<u>1.351.919</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>1.826.015</u>	<u>1.635.736</u>
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	<u>0,42</u>	<u>0,45</u>

(a) A dívida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante. Vide maiores detalhes nas Notas 17 e 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía 85,69% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 16,99% é atrelado a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP (BNDES). Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 7,82% das dívidas variáveis (6,7% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de *swap*. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas informações trimestrais. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apurou um resultado negativo não realizado na operação de *swap* no montante de R\$ 127.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação do 3º trimestre de 2012 fossem iguais às esperadas para o final do mesmo ano, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

30/09/2012	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	1,36%	655	655
TJLP	0,00%	-	-
IPCA	(0,44%)	186	186

f) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação**Fatores de risco--Continuação**f) Risco de liquidez--Continuação

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 30 de setembro de 2012						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	2.255	4.148	18.048	82.912	51.874	159.237
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	7.493	64.989	62.939	300.074	29.808	465.303
Debêntures	-	143.390	44.087	841.696	297.620	1.326.793
	9.748	212.527	125.074	1.224.682	379.302	1.951.333
Em 31 de dezembro de 2011						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	612	2.461	12.784	67.652	48.498	132.007
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	37.306	15.704	227.795	306.299	52.820	639.924
Debêntures	11.227	-	364.835	468.848	144.371	989.281
	49.145	18.165	605.414	842.799	245.689	1.761.212

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
30 de setembro de 2012						
Swaps de juros	-	388	645	1.448	-	2.481
	-	388	645	1.448	-	2.481

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

f) Risco de liquidez--Continuação

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 quanto à utilização da conta:

Conta garantida	30/09/2012	31/12/2011
Contratada	225.000	140.000

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	30/09/2012		31/12/2011		
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	107.539	107.539	59.488	59.488	
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	2	83.125	83.125	165	165	
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	27.813	27.813	50.122	50.122	
Consumidores concessionários	Empréstimos e recebíveis	2	589.583	589.583	557.146	557.146	
Ativo indenizável (concessão)	Empréstimos e recebíveis	3	784.310	784.310	561.536	561.536	
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	2	519.249	517.695	638.499	636.867	
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	2	1.010.551	1.210.026	773.073	776.284	
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	305.785	305.782	317.865	317.865	

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

f) Risco de liquidez--Continuação

As aplicações financeiras registradas nas informações trimestrais aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia que fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 30 de setembro de 2012 são como segue:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
Swap HSBC Bank Brasil S.A.	(105)	(127)	(22)

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 30 de setembro de 2012.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

f) Risco de liquidez--Continuação

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 30 de setembro de 2012 havia apenas *swap* CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia detinha operações de *swap* conforme demonstrado abaixo:

	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Condições do <i>swap</i></u>
HSBC Bank Brasil S.A.	<u>03/09/2012</u>	<u>16/06/2017</u>	CDI + 1,02%.a.a. <u>10,05% a.a.</u>

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

f) Risco de liquidez--Continuação

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008--Continuação

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F:

<u>Indexador do contrato</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>Cenário + 25%</u>	<u>Cenário + 50%</u>
CDI	21.152	25.563	29.906
IPCA	80.260	88.434	96.520
TJLP	19.465	22.276	25.055
FIXO	10.407	10.407	10.407
Total	131.284	146.680	161.888

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

<u>Indexador do contrato</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>Cenário + 25%</u>	<u>Cenário + 50%</u>
Debêntures 1ª série - 7ª emissão	8.402	10.150	11.872
Swap Ponta Ativa	(8.402)	(10.150)	(11.872)
Swap Ponta Passiva	1.145	1.145	1.145
Total	1.145	1.145	1.145

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

	Vigência até	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
Itaipu	2023	195.188	203.971	213.150	222.742	232.765	6.750.184
Proinfra	2030	52.189	54.538	56.992	59.557	62.237	3.734.647
Enertrade	2022	45.259	47.295	49.424	51.648	53.972	378.837
CCEAR 2005	2012	268.770	-	-	-	-	-
CCEAR 2006	2013	251.570	262.890	-	-	-	-
CCEAR 2007	2014	44.853	46.872	48.981	-	-	-
CCEAR 2007 - Energia Existente (A-1)	2014	6.097	6.372	6.658	-	-	-
CCEAR 2008 - Energia Existente	2015	76.168	79.595	83.177	86.920	-	-
CCEAR 2009 - Energia Existente	2016	42.191	44.089	46.073	48.146	50.313	-
CCEAR 2008 - Energia Nova	2022/2037	20.275	21.188	22.141	23.137	24.179	233.204
CCEAR 2009 - Energia Nova	2023/2038	22.148	23.144	24.186	25.274	26.412	271.999
CCEAR 2009 - Energia Nova (A-3)	2023/2038	33.677	35.193	36.776	38.431	40.161	1.105.404
CCEAR 2010 - Energia Nova	2024/2039	84.746	88.560	92.545	96.710	101.062	2.527.968
CCEAR 2011 - Energia Nova	2025/2040	45.293	47.331	49.461	51.687	54.013	1.452.214
CCEAR 2010 - Energia Nova (A-3)	2024	7.605	7.947	8.305	8.679	9.069	88.898
CCEAR 2012 - Energia Nova (A-5)	2026/2041	111.586	116.607	121.854	127.338	133.068	3.102.593
CCEAR 2011 - Energia Nova (A-3)	2025	28.028	29.289	30.607	31.985	33.424	377.298
CCEAR 2013 - Energia Nova (A-5)	2027/2042	-	422.618	441.636	461.510	482.278	7.429.416
CCEAR 2012 - Energia Nova (UHE Santo Antonio)	2041	136	12.764	33.964	53.228	57.790	2.691.329
CCEAR 2013 - Energia Nova (UHE Jirau)	2042	-	32.824	64.026	93.655	116.605	5.796.587
CCEAR 2016 - Energia Nova (A-5)	2035/2045	-	-	-	-	20.403	741.338
Total		<u>1.335.779</u>	<u>1.583.087</u>	<u>1.429.956</u>	<u>1.480.647</u>	<u>1.497.751</u>	<u>36.681.916</u>

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do trimestre findo em 30 de setembro de 2012 que foram homologados pela ANEEL.

34. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação para o trimestre findo em 30 de setembro 2012 foi de R\$ 9.344 (R\$ 5.595 em 30 de setembro de 2011).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

35. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$ 572.393, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$ 860.694 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$ 46.681. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$ 234.165 por sinistro ou agregado anual. A validade inicial dos programas encerrava em 30 de junho de 2012, mas foram prorrogadas para 31 de outubro de 2012.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/07/2011	31/10/2012	572.393	46.681
Responsabilidade civil	01/07/2011	31/10/2012	n/a	234.165

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionista da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Niterói - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4

Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC - 1RJ 094.644/O-0